



AMOSTRA

Material Teórico Completo

CONCURSOS

- Federais
- Estaduais
- Municipais

www.dominaconcursos.com





LEMBRANDO

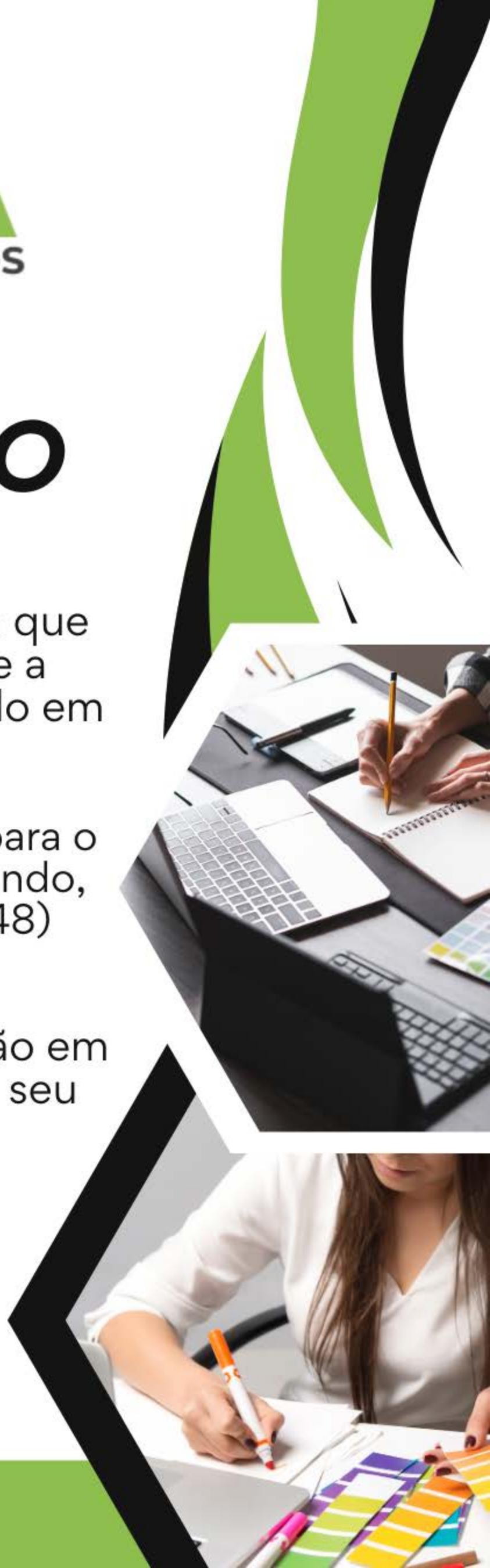
Esta amostra foi disponibilizada para que você possa analisar a formatação e a maneira como o conteúdo é abordado em nossos materiais.

Caso deseje uma amostra específica para o cargo e concurso que está se preparando, entre em contato pelo WhatsApp (48) 99695-9070.

Todas as nossas apostilas digitais estão em formato PDF, facilitando ainda mais seu estudo!

 (48) 99695-9070

 www.dominaconcursos.com



LÍNGUA PORTUGUESA

Temas referentes aos assuntos
de Conhecimentos Gerais

Tornando simples e eficaz
a sua forma de estudo!

Interpretação e Compreensão de Texto

A **interpretação de textos** na Língua Portuguesa envolve compreender e analisar uma variedade de aspectos textuais, como sentido, estrutura, intencionalidade do autor, e os recursos linguísticos utilizados. Para interpretar bem um texto, é importante considerar os seguintes pontos:

Leitura cuidadosa: O primeiro passo é ler o texto com atenção, identificando seu tema central e suas ideias principais.

Contexto: Entender o contexto em que o texto foi escrito. Isso inclui o autor, a época, o público-alvo e a finalidade.

Gênero textual: Identificar o gênero do texto (narrativo, descritivo, dissertativo, entre outros), pois cada tipo de texto tem características próprias que influenciam a interpretação.

Inferências: Fazer inferências, ou seja, tirar conclusões baseadas em informações implícitas no texto. Muitas vezes, o autor não diz tudo diretamente, cabendo ao leitor deduzir significados.

Linguagem e figuras de linguagem: Prestar atenção nas palavras usadas e no estilo do autor. As figuras de linguagem, como metáforas e metonímias, podem alterar o significado literal das palavras e devem ser interpretadas adequadamente.

Coesão e coerência: Verificar se as ideias do texto estão conectadas de maneira lógica (coesão) e fazem sentido em conjunto (coerência).

Ponto de vista: Identificar a posição do autor em relação ao tema, percebendo se o texto é informativo, opinativo ou persuasivo.

Intertextualidade: Reconhecer referências a outros textos, autores, ou ideias, o que enriquece a interpretação e traz novas camadas de significado.

Tipos de perguntas de interpretação:

Literal: Pergunta sobre informações que estão explicitamente no texto.

Inferencial: Exige a dedução de informações implícitas.

Crítica ou avaliativa: Pede que o leitor faça um julgamento ou avalie uma opinião, comparando com seus próprios conhecimentos ou outras leituras.

Mais Informações Detalhadas

A interpretação de textos é uma habilidade que envolve a análise de diversos elementos que compõem o texto, indo além da simples leitura para uma compreensão crítica e profunda. A seguir, apresento uma análise mais detalhada dos aspectos fundamentais da interpretação de textos em Língua Portuguesa:

1. Compreensão global do texto

Identificação do tema: O tema é o assunto principal que o texto aborda. Para identificar o tema, o leitor deve perguntar: "Sobre o que o texto fala de maneira mais geral?"

Ideia principal e secundária: A ideia principal é o núcleo de significado do texto. As ideias secundárias servem de apoio e complementam a principal. Saber distinguir entre as duas é essencial para uma boa compreensão.

2. Estrutura do texto

Introdução, desenvolvimento e conclusão: Nos textos dissertativos, a estrutura clássica começa com uma introdução, onde o tema é apresentado; seguida pelo desenvolvimento, que aprofunda a discussão; e termina com a conclusão, que encerra o raciocínio. Entender essa estrutura ajuda na identificação da argumentação.

Parágrafos e coesão: Cada parágrafo deve desenvolver uma ideia única, conectada aos demais por meio de recursos coesivos, como conjunções, pronomes e advérbios.

3. Leitura crítica

Posicionamento do autor: O leitor deve ser capaz de identificar se o autor está a favor, contra ou neutro em relação ao tema. Esse posicionamento pode ser explícito ou sutil, e é revelado pelo uso de termos valorativos e pela escolha de argumentos.

Análise dos argumentos: Nos textos argumentativos, o autor apresenta razões para sustentar seu ponto de vista. Avaliar a solidez e a lógica desses argumentos é parte importante da interpretação crítica.

4. Inferência

Leitura nas entrelinhas: Inferir é descobrir informações que não estão explicitamente ditas, mas que podem ser deduzidas a partir do contexto. Por exemplo, se o texto fala de uma pessoa que "olhava pela janela, enquanto uma lágrima escorria", podemos inferir que essa pessoa estava triste, embora o texto não diga isso diretamente.

Contexto e subentendidos: O contexto histórico, social e cultural em que o texto foi escrito muitas vezes dá pistas importantes para a sua interpretação. Por exemplo, um texto escrito durante a Ditadura Militar no Brasil pode conter subentendidos políticos que só ficam claros ao conhecer esse contexto.

5. Recursos estilísticos

Figuras de linguagem: As figuras de linguagem, como metáfora, metonímia, hipérbole, eufemismo, entre outras, alteram o sentido literal das palavras, produzindo efeitos de sentido. A interpretação correta de uma figura de linguagem é fundamental para entender o texto por completo. Exemplo:

"Ele era uma fera no trabalho" (metáfora para indicar que a pessoa é muito dedicada).

Tom e estilo: O tom é a atitude do autor em relação ao assunto, podendo ser irônico, formal, humorístico, etc. O estilo de escrita (formal, coloquial, poético) também influencia na interpretação.

6. Coesão e coerência

Coesão textual: Refere-se à ligação entre as partes do texto. Ela pode ser feita por meio de conectivos, como conjunções ("portanto", "mas", "entretanto"), pronomes relativos ("que", "qual") e outros mecanismos que mantêm as ideias interligadas.

Coerência: Está ligada ao sentido do texto como um todo. Um texto coerente faz sentido e apresenta uma lógica interna que sustenta a argumentação ou a narrativa. Um texto pode ser coeso (bem estruturado), mas incoerente (não faz sentido).

7. Intertextualidade

Relação com outros textos: Muitas vezes, os textos fazem referência a outros textos, filmes, músicas ou eventos. Isso é chamado de intertextualidade. Reconhecer essas referências amplia a compreensão do texto. Exemplo: um texto que menciona "Caverna de Platão" pode estar fazendo uma

alusão ao mito filosófico, e o leitor precisa ter esse conhecimento prévio para entender o sentido completo.

8. Gêneros textuais

Identificação do gênero: Cada gênero textual (conto, crônica, artigo de opinião, resenha, poema, etc.) tem características próprias que influenciam sua interpretação. Um conto, por exemplo, pode usar linguagem figurada e se concentrar em emoções, enquanto um artigo de opinião usa uma linguagem mais direta e objetiva para argumentar.

Intencionalidade do gênero: Saber por que determinado gênero foi escolhido é importante. Textos jornalísticos informam, enquanto propagandas persuadem, por exemplo.

9. Perspectiva crítica

Avaliação crítica: Além de compreender o texto, a interpretação também exige que o leitor seja capaz de avaliar criticamente o conteúdo. Isso inclui questionar a validade dos argumentos, a adequação das evidências apresentadas, e até os valores implícitos no texto.

Comparação com outros textos e realidades: Comparar o que foi lido com outros textos ou realidades conhecidas permite ao leitor construir uma interpretação mais rica e fundamentada.

Exemplos de Atividades de Interpretação:

Questões de múltipla escolha: Questões que pedem para identificar a ideia principal, o significado de uma palavra no contexto ou o objetivo do autor são frequentes em exames de interpretação de texto.

Resumos: Pedir que o leitor faça um resumo do texto ajuda a verificar se ele foi capaz de identificar as ideias centrais.

Discussão crítica: Debates sobre o texto promovem a análise crítica e permitem que diferentes interpretações sejam discutidas.

Compreensão de Texto

A **compreensão de texto** refere-se à habilidade de ler e entender informações escritas, captando o sentido, as ideias principais e os detalhes de um texto. Ela é uma competência essencial para a interpretação textual e vai além da simples decodificação de palavras. A compreensão textual envolve várias estratégias cognitivas e habilidades linguísticas, que permitem ao leitor captar tanto o conteúdo explícito quanto as nuances implícitas.

Aqui estão aspectos detalhados sobre a compreensão de texto:

1. Nível Literal

Identificação de informações explícitas: O nível literal envolve a extração direta de informações que estão claramente escritas no texto, como fatos, eventos e descrições. O leitor precisa encontrar respostas diretamente no texto, sem necessidade de interpretação.

Exemplo de perguntas de compreensão literal:

Quem são os personagens principais?

Onde acontece a história?

Qual é o principal evento do texto?

2. Nível Inferencial

Dedução de informações implícitas: No nível inferencial, o leitor precisa ler nas entrelinhas, ou seja, interpretar informações que não estão claramente expressas. Isso exige que o leitor conecte as ideias apresentadas no texto para tirar conclusões lógicas.

Exemplo de perguntas de compreensão inferencial:

Por que o personagem agiu de certa forma?

O que o autor quis dizer com determinada frase?

Qual é a possível consequência de um evento descrito?

3. Nível Crítico

Análise e julgamento do conteúdo: No nível crítico, o leitor avalia a validade das informações e a qualidade dos argumentos. Isso envolve refletir sobre o propósito do autor, a coerência das ideias e as evidências apresentadas. O leitor também pode comparar o texto com outras informações ou conhecimentos prévios.

Exemplo de perguntas de compreensão crítica:

O autor apresentou argumentos válidos para sustentar sua opinião?

O ponto de vista do texto está bem fundamentado?

Há algum viés no texto que precisa ser considerado?

4. Nível Apreciativo

Avaliação pessoal do texto: Neste nível, o leitor reflete sobre como o texto impacta emocionalmente ou esteticamente. É uma interpretação subjetiva, que depende das experiências pessoais e dos valores do leitor.

Exemplo de perguntas de compreensão apreciativa:

O que você achou da narrativa?

Como o texto afetou suas emoções ou reflexões?

5. Compreensão Global

Entendimento do tema e da estrutura geral: É importante que o leitor entenda a ideia principal, o tema geral do texto e como as ideias estão organizadas. Isso inclui perceber a estrutura lógica ou narrativa do texto, seja ele dissertativo, narrativo, descriptivo, etc.

Identificação do propósito: O leitor deve perceber se o objetivo do texto é informar, persuadir, entreter, explicar ou outro. Entender o propósito ajuda a guiar a compreensão do texto.

Exemplo de perguntas de compreensão global:

Qual é o tema central do texto?

Como o autor organizou as informações?

6. Vocabulário em contexto

Compreensão do significado de palavras e expressões: Muitas vezes, o significado de uma palavra ou expressão pode depender do contexto em que ela aparece. A compreensão correta do vocabulário é crucial para entender o texto como um todo.

Exemplo de perguntas de vocabulário em contexto:

O que a palavra “x” significa neste parágrafo?

Como o uso desta expressão afeta o sentido do texto?

7. Elementos Textuais e Coesão

Compreensão das relações entre as partes do texto: Um bom texto apresenta coesão, ou seja, suas ideias estão conectadas de maneira lógica. O leitor precisa identificar como as frases e parágrafos estão interligados através de conjunções, pronomes e outros mecanismos coesivos.

Exemplo de perguntas sobre coesão:

Como o autor conecta as ideias do primeiro e do segundo parágrafo?

Que palavra ou expressão retoma a ideia anterior?

8. Reconhecimento de Gêneros e Estrutura Textual

Compreensão de diferentes gêneros textuais: Cada tipo de texto (conto, artigo de opinião, propaganda, relatório) tem características específicas que influenciam sua estrutura e sua linguagem. Saber reconhecer essas diferenças é importante para ajustar a leitura ao tipo de texto.

Exemplo de perguntas sobre gênero textual:

Este texto é uma crônica, um artigo de opinião ou um relatório?

Que características fazem deste texto uma propaganda?

9. Compreensão da Intencionalidade

Entender as intenções do autor: Todo texto é escrito com um propósito, seja ele explícito ou implícito. O leitor precisa perceber a intenção do autor, que pode ser influenciar, persuadir, emocionar ou apenas informar.

Exemplo de perguntas sobre intencionalidade:

Qual é a intenção do autor ao escrever este texto?

O que o autor deseja provocar no leitor?

10. Contextualização e Interpretação

Compreensão do contexto histórico, social ou cultural: Muitos textos fazem referência a eventos históricos ou contextos sociais que influenciam seu conteúdo. Compreender o contexto é crucial para uma interpretação precisa.

Exemplo de perguntas sobre contexto:

Qual o contexto histórico que influencia este texto?

Como a cultura da época afeta o conteúdo do texto?

Exercícios Práticos:

Resumo: Um bom exercício de compreensão é pedir para o leitor fazer um resumo do texto, identificando as ideias principais e os pontos mais importantes.

Questões de interpretação: Perguntas sobre o conteúdo literal, inferências, vocabulário e coesão ajudam a praticar e testar a compreensão.

Discussão de grupo: Discutir o texto em grupo permite que diferentes interpretações sejam exploradas, enriquecendo a compreensão geral.

Mais Detalhes

A **compreensão de texto** é um processo complexo que envolve várias camadas de análise e interpretação. Para fornecer uma visão ainda mais detalhada, vamos explorar cada aspecto com exemplos e sugestões práticas que podem ajudar no desenvolvimento dessa habilidade:

1. Nível Literal (Compreensão Direta)**Exemplos práticos:**

Um texto que descreve a rotina de um trabalhador pode ter uma pergunta direta como: "Que horas o personagem acorda?" ou "Onde ele trabalha?"

No caso de um artigo científico, a pergunta literal pode ser: "Qual é o objetivo principal da pesquisa?"

Objetivo: Extrair informações que estão explicitamente no texto. Não exige interpretação ou inferência, apenas uma leitura atenta e literal.

2. Nível Inferencial (Leitura nas Entrelinhas)**Exemplos práticos:**

Se em um conto o autor descreve o céu nublado, árvores balançando violentamente e o personagem se encolhendo, a inferência pode ser de que uma tempestade se aproxima, mesmo que isso não seja dito diretamente.

Em textos dissertativos, uma inferência pode envolver entender o que o autor sugere, sem afirmar diretamente, como em uma crítica velada ao governo ou a uma figura pública.

Técnicas:

Perguntas inferenciais: Estas perguntas estimulam o leitor a deduzir informações. Exemplos: "Por que o personagem se sentiu inseguro naquele momento?" ou "Qual a consequência provável do argumento apresentado no segundo parágrafo?"

Leitura contextual: O contexto histórico e social pode ser crucial para fazer inferências. Em um texto escrito durante a Ditadura Militar, por exemplo, uma frase aparentemente simples pode ter um significado crítico velado.

3. Nível Crítico (Avaliação do Texto)**Exemplos práticos:**

Em um artigo de opinião sobre políticas ambientais, o leitor pode ser convidado a avaliar se os argumentos do autor são baseados em evidências científicas sólidas ou se há falhas lógicas.

Em uma reportagem, pode-se questionar a imparcialidade: "O autor está apresentando os dois lados da questão ou está sendo tendencioso?"

Técnicas:

Análise crítica: Envolve examinar a validade dos argumentos e a lógica interna do texto. Exemplo de pergunta crítica: "O argumento do autor é convincente? Por quê?"

Comparação com outras fontes: Ao ler uma notícia, por exemplo, o leitor pode comparar com outras fontes para verificar a veracidade e a abrangência das informações.

4. Nível Apreciativo (Reação Pessoal ao Texto)

Exemplos práticos:

Após a leitura de um poema, o leitor pode refletir sobre suas próprias emoções e como o texto ressoou com suas experiências pessoais.

Ao ler um romance, o leitor pode discutir se gostou ou não da maneira como a narrativa foi construída e se se identificou com os personagens.

Técnicas:

Reflexão pessoal: Perguntas do tipo "O que você achou mais interessante neste texto?" ou "Como o texto impactou suas emoções?" ajudam o leitor a pensar sobre sua resposta pessoal ao texto.

Análise estética: Também se pode avaliar o estilo literário e a linguagem do autor, considerando se o texto é esteticamente agradável ou inovador.

5. Compreensão Global (Tema e Ideia Central)

Exemplos práticos:

Em um artigo de opinião, a pergunta pode ser: "Qual é o tema principal defendido pelo autor?" ou "O que o autor quer comunicar ao leitor?"

Em uma narrativa, pode-se perguntar: "Qual a mensagem que o autor deseja transmitir com essa história?"

Técnicas:

Resumo: Pedir ao leitor que resuma o texto em uma ou duas frases ajuda a verificar se ele captou o tema e a ideia principal.

Identificação de propósitos: O leitor deve entender se o texto foi escrito para informar, entreter, persuadir, criticar ou refletir, o que orienta a leitura.

6. Vocabulário em Contexto

Exemplos práticos:

Em uma notícia, pode-se perguntar: "O que a palavra 'mitigar' significa neste contexto?" ou "O que o autor quis dizer com 'mitigar os efeitos da crise ambiental'?"

Em textos literários, como em uma obra de Machado de Assis, expressões antigas ou palavras pouco usuais podem ser analisadas com base no contexto.

Técnicas:

Análise de palavras: Perguntar sobre o significado de uma palavra no contexto específico ajuda a esclarecer possíveis ambiguidades. Isso evita interpretações equivocadas de palavras com múltiplos significados.

Verificação com o dicionário: Incentivar o uso de dicionários para garantir a compreensão correta, principalmente em textos mais antigos ou com vocabulário técnico.

7. Coesão e Coerência

Exemplos práticos:

Em um texto acadêmico, perguntas podem incluir: "Como o autor conecta a introdução com a conclusão?" ou "Quais conectivos o autor usa para organizar a argumentação?"

Em um conto, pode-se perguntar: "Quais eventos unem os personagens e a trama principal?"

Técnicas:

Identificação de conectivos: Pedir que o leitor sublinhe palavras ou expressões que conectam as ideias do texto, como "portanto", "além disso", "no entanto", para ajudar a entender a coesão textual.

Verificação de coerência lógica: Analisar se as ideias apresentadas seguem uma sequência lógica e se fazem sentido no contexto geral.

8. Reconhecimento de Gêneros e Estruturas Textuais

Exemplos práticos:

Ao ler uma reportagem, o leitor deve ser capaz de identificar que ela pertence ao gênero jornalístico e que sua função é informar, mas também pode incluir uma análise crítica dos fatos.

Em uma carta formal, deve-se reconhecer a estrutura padrão de saudação, corpo e despedida.

Técnicas:

Identificação de características do gênero: Perguntar ao leitor sobre as características que tornam o texto uma crônica, uma dissertação ou um conto ajuda a compreender a estrutura e o propósito.

Reconhecimento de variações dentro do gênero: Nem todo texto de um determinado gênero segue as mesmas regras; assim, o leitor deve estar preparado para identificar essas variações.

9. Compreensão da Intencionalidade do Autor

Exemplos práticos:

Em uma propaganda, a pergunta pode ser: "O que o autor deseja que o leitor faça após ler esse anúncio?"

Em um editorial de jornal, pode-se perguntar: "Qual é o ponto de vista defendido pelo autor e o que ele deseja influenciar no leitor?"

Técnicas:

Leitura crítica do propósito: Pedir que o leitor reflita sobre qual ação o texto pretende gerar. Isso pode ser emocional, como em um poema, ou prática, como em uma campanha publicitária.

Análise de estilo: O estilo pode revelar muito sobre a intenção do autor. Textos humorísticos, por exemplo, podem criticar aspectos sociais de forma indireta.

10. Contextualização e Interpretação

Exemplos práticos:

Em textos históricos, entender o contexto social e político pode ser essencial. Por exemplo, ao ler uma obra de Lima Barreto, compreender o racismo e as desigualdades sociais da época em que foi escrita ajuda a interpretar suas críticas.

Em textos atuais, compreender eventos globais, como a pandemia, ajuda a interpretar reportagens ou ensaios sobre seus impactos.

Técnicas:

Pesquisa contextual: Pedir que o leitor busque informações sobre o período ou o contexto em que o texto foi escrito antes de interpretá-lo.

Intertextualidade: Analisar como o texto se conecta com outras obras ou eventos históricos.

Esses elementos detalhados de compreensão de texto são essenciais para desenvolver uma leitura crítica e profunda, permitindo que o leitor não apenas entenda o que está sendo dito, mas também interprete, analise e avalie o texto em diferentes níveis.

Organização Estrutural Dos Textos

Fatores De Textualidade

Texto é um conjunto organizado de palavras onde podemos achar uma relação entre suas partes dando um significado a ele. Para que este texto faça sentido temos vários fatores:

Coerência:

Coerência é um elemento fundamental de textualidade, responsável pelo sentido do texto, depende não apenas da lógica interna do texto, como também da compatibilidade entre a rede conceitual (mundo textual) e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso;

Coesão:

Coesão é a unidade formal do texto, que se dá por mecanismos gramaticais e lexicais. É a ligação harmônica entre duas partes, utilizada na gramática como forma de obter um texto claro e compreensível.

Intencionalidade:

Empenho do autor em construir um texto coerente, coeso, e que atinja o objetivo que ele tem em mente. A intencionalidade é a principal ideia a ser passada pelo autor, a principal ideia que o autor quer transmitir, mas para que isso ocorra, ele tem que ter todo o conhecimento específico sobre o assunto a ser tratado.

Informatividade:

Todo texto tem um nível de informatividade, mas isso depende de quem lê. Um leitor que conhece o assunto terá um nível baixo de informatividade, mas para aquela pessoa que não tem nenhum conhecimento do assunto terá um nível alto de informatividade. Tanto a falta quanto o excesso de previsibilidade, são prejudiciais à aceitação do texto por parte do leitor. Um bom índice de informatividade atende à suficiência de dados.

Intertextualidade:

Intertextualidade refere-se às diversas maneiras pelas quais a produção e a recepção de um texto dependem do conhecimento dos outros textos anteriormente produzidos. Nesse sentido pode-se falar em : alusão, epígrafe, paródia, paráfrase, citação, metalinguagem e polifonia;

Aceitabilidade:

Na aceitabilidade, o leitor necessita um conhecimento prévio para avaliar o texto corretamente, dessa forma, ficando ao seu critério aceitar ou não a intenção real do autor. Pois consequentemente, é através de sua interpretação e interação que se pode dar o sentido a leitura, reconhecendo o que há de implícito ou explícito que contenham no texto. A aceitabilidade é uma contraparte da intencionalidade, pois ele nos deixa claro que para que se haja a aceitação é necessário que o autor, o texto e o leitor, estejam em constante interação.

Situacionalidade:

Diz respeito à pertinência e à relevância do texto no contexto. Reúne fatores que tornam o texto adequado a uma situação atual ou passada.

A Coerência Textual

A coerência resulta da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à sua superfície textual. É considerada o fator fundamental da textualidade, porque é responsável pelo sentido do texto. Envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do partilhar de conhecimentos entre os interlocutores.

Um discurso é aceito como coerente quando apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do recebedor. Essa. O texto não significa exclusivamente por si mesmo. Seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo recebedor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação. O produtor do discurso não ignora essa participação do interlocutor e conta com ela. É fácil verificar que grande parte dos conhecimentos necessários à compreensão dos textos não vem explícita, mas fica dependente da capacidade de pressuposição e inferência do recebedor.

Através dessa visão Ingredore villaça e Luiz Carlos travagua em seu livro “A coerência textual” pre-tende em sua obra apenas introduzir os leitores ao estudo da coerência textual.

É a coerência que faz com que uma sequência linguística qualquer seja vista como um texto, porque é a coerência, através de vários fatores, que permite estabelecer relações (sintático-gramaticais, semânticas e pragmáticas) entre os elementos da sequência (morfemas, palavras, expressões, frases, parágrafos, capítulos, etc), permitindo construí-la e percebê-la, na recepção, como constituindo uma unidade significativa global. Portanto é a coerência que dá textura etextualidade à sequência linguística, entendendo-se por textura ou textualidade aquilo que converte uma sequência linguística em texto. Assim sendo, podemos dizer que a coerência dá início à textualidade

Mesmo sendo uma obra que aponta vários fatores responsáveis pela coerência textual de um discurso qualquer:a intencionalidade e aceitabilidade,fatores de contextualização, a situacionabilidade, a informatividade e a intertextualidade,a intertextualidade e inferência , que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo ,acrescentamos com outros fatores relevantes de outros autores com a intenção de ampliar ainda mais nosso estudo sobre coerência textual

Travando Conhecimento Com A Coerência

A idéia de incoerência depende de conhecimentos prévios sobre o mundo e do tipo de mundo em que o texto se insere, bem como do tipo de texto.

Todos recursos estabelecidos pela a linguística chama de coesão textual.

A coesão textual revela a importância do conhecimento linguístico(dos elementos da língua, seus e usos) para produção do texto e sua compreensão e, portanto, para o estabelecimento da coerência.O texto só é perfeitamente inteligível se houver conhecimento do uso dos elementos linguísticos eu, em relação com a situação de comunicação.

O conhecimento de mundo é importante, não menos importante é que esse conhecimento seja partilhado pelo produtor e receptor do texto. O produtor e receptor do texto devem ter conhecimento comum.

Finalmente é preciso lembrar que o sentido que damos a um texto pode depender (e com frequência depende) do conhecimento de outros textos, com os quais ele se relaciona.

Neste capítulo você deve ter intuído uma concepção básica do que seja o fenômeno da coerência e do que depende. Busquemos a seguir uma visão mais detalhada e sistemática da coerência textual.

Conceito De Coerência

O que é coerência

Dificilmente se poderá dizer o que é coerência apenas através de um conceito, pô isso vamos definir a através da apresentação de vários aspectos e/ou traços que, em seu conjunto, permitem perceber o que esse termo significa.

A coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida com um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido desse texto. Este sentido, evidentemente, deve ser do todo, pois a coerência é global. Para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos.

A relação que tem de ser estabelecida pode ser não só semântica (entre conteúdos), mas também pragmática, entre atos de fala, ou seja, entre as ações que realizamos ao falar (por exemplo: jurar, ordenar, asseverar, ameaçar, prometer, avisar). Este fato é que levou Widdowson (1978) a dizer que a coerência seria a relação entre os atos de fala que as proposições realizam (uma proposição é definida como representação linguística de um estado de coisas por meio de um ato de referencia e um ato de predicação, daí a expressão conteúdo proposicional).

Beaugrande & Dressler (1981) e Marcushi (1983) afirmam que, se há uma unidade de sentido no todo do texto quando este é coerente, então a base da coerência é a continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto. Essa continuidade diz respeito ao modo como os componentes do mundo textual, ou seja, o conjunto de conceitos e relações subjacentes à superfície linguística do texto, são mutuamente acessíveis e relevantes. Evidentemente, o relacionamento entre esses elementos não é linear e a coerência aparece, assim, como uma organização reticulada, tentacular e hierarquizada do texto.

A continuidade estabelece uma coesão conceitual cognitiva entre os elementos do texto através de processos cognitivos entre os elementos do texto através de processos cognitivos que operam entre os usuários (produtor e receptor) do texto e são não só de tipo lógico, mas também dependem de fatores socioculturais diversos e de fatores interpessoais, entre os quais podemos citar:

- As intenções comunicativas dos participantes da ocorrência comunicativa de que o texto é o instrumento
- As formas de influencia do falante na situação de fala;
- As regras sócias que regem o relacionamento entre pessoas ocupando determinados “lugares sociais”

O Simples cortejo das idéias, das expressões linguísticas que as ativam e das suas posições no texto deixam evidente o caráter não linear, reticulado, tentacular da coerência.

A coerência se estabelece na interlocução entre os usuários do texto, (seu produtor e receptor). Textos sem que continuidade são considerados como incoerente, embora a continuidade relativa a um dado tópico discursivo seja uma condição para o estabelecimento da coerência, nem sempre a continuidade representará incoerência. Os processos cognitivos operantes entre os usuários do texto caracterizam a coerência na medida em que dão aos usuários a possibilidade de criar um mundo textual que pode ou não concordar com a versão estabelecida do “mundo real”.

A coerência é algo que se estabelece na interlocução, na interação entre dois usuários numa dada situação comunicativa. Carolles (1979) afirmou que a coerência seria a qualidade que têm os textos que permitem aos falantes reconhecerem os como bem formados, dentro de um mundo possível (ordinário ou não). A boa formação seria vista em função da possibilidade de os falantes recuperarem o sentido de um texto, calculando sua coerência.

Considera-se, pois, a coerência como princípio de interpretabilidade, dependente da capacidade dos usuários de recuperar o sentido do texto pelo qual interagem, capacidade essa que pode ter limites variáveis para o mesmo usuário dependendo da situação e para usuários diversos, dependendo de fatores vários (como grau de conhecimento sobre o assunto, grau de cursos linguísticos utilizados, grau de integração dos usuários).

A coerência tem a ver com a boa formação em termos da interlocução comunicativa, que determina não só a possibilidade de estabelecer o sentido do texto, mas também, com frequência, qual sentido se estabelece.

Não se deve pensar que a questão de estabelecimento de sentido esteja apenas do lado receptor. A questão é mesmo de interação.

Van Dijk e Kintsch falam de coerência local, referente a parte do texto ou a frases ou a sequência de frase dentro do texto; e em coerência global, que diz respeito ao texto em sua totalidade. Já mostramos que a coerência do texto é global. A coerência local advém do bom uso dos elementos da língua em sequências menores, para expressar sentidos que possibilitem realizar uma intenção comunicativa. Incoerências locais advêm do mau uso desses mesmos elementos linguísticos para o mesmo fim. Ao se construir um texto, é preciso cuidado, pois o acúmulo de incoerências locais pode tornar o todo do texto incoerente.

Van Dijk e Kinstich (1983) mencionam diversos tipos de coherencia:

- Coerência semântica, que se refere à relação entre significados dos elementos das frases em sequência em um texto ou entre os elementos do texto como um todo.
- Coerência sintática, que se refere aos meios sintáticos para expressar a coerência semântica como, por exemplo, os conectivos, o uso de pronomes, de sintagmas nominais definidos e indefinidos.

A coerência sintática nada mais é do que um aspecto da coesão que pode auxiliar no estabelecimento da coerência.

- Coerência estilística, pela qual um usuário deveria usar em seu texto elementos linguísticos, (léxico, tipos de estruturas, frases, etc.) pertencentes ou constitutivos do mesmo estilo ou registro linguístico.
- Coerência pragmática, que tem a ver com o texto visto como uma sequência de atos de fala. Estes são relacionados de modo que, para a sequência de atos ser percebida como apropriada, os atos de fala que a constituem devem satisfazer as mesmas condições presentes em uma dada situação comunicativa. Caso contrário temos incoerência.

A divisão da coerência em tipo tem o mérito de chama a atenção para diferentes aspectos daquilo que chamamos de coerência: o semântico, o pragmático, o estilístico e o sintático.

Mas é preciso ter sempre em mente que a coerência é um fenômeno que resulta da ação conjunta de todos esses níveis e de sua influência no estabelecimento do sentido do texto, uma vez que a coerência é, basicamente, um princípio de interpretabilidade do texto, caracterizado por tudo do que o processo aí implicado possa depender inclusive a própria produção do texto, na medida em que o produtor do texto quer que seja entendido e o constitui para isso, excetuadas situações muito especiais.

Relação Entre Coerência E Coesão

A coerência é subjacente, tentacular, reticulada, não-linear, mas, como bem observa Charolles, se relaciona com a linearidade do texto. Isto quer dizer que a coerência se relaciona com a linearidade

do texto. Isto quer dizer que a coerência se relaciona com a coesão do texto, pois por coesão se entende a ligação, a relação, os nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual.

A coerência, que é subjacente, a coesão é explicitamente revelada através de marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, o que lhe dá um caráter linear, uma vez que se manifesta na organização sequencial do texto, tendo em vista a ordem em que aparecem, a coesão é sintática e gramatical, mas também semântica, pois, em muitos casos, os mecanismos coesivos se baseiam numa relação entre os significados de elementos da superfície do texto, como na chamada coesão referencial.

Há duas grandes modalidades de coesão: a coesão remissiva ou referencial e a coesão sequencial. A coesão referencial é a que se estabelece entre dois ou mais componentes da superfície textual que remetem a (ou permitem recuperar) um mesmo referente (que pode, evidentemente, se acrescido de outros traços que se lhe vão agregando textualmente). Ela é obtida por meio de dois mecanismos básicos.

- Substituição: anáfora, catáfora.
- Reiteração: se faz através de sinônimos, de hiperônimos, de nomes genéricos, de expressões nominais definidas, de repetição do mesmo item lexical, de nominalizações.

A coesão sequencial também se faz através de dois procedimentos: a recorrência e a progressão.

A sequenciação por recorrência (ou parafrástica) é obtida pelos seguintes mecanismos: recorrência de termos, de estruturas (o chamado paralelismo), de conteúdos semânticos (paráfrase), de recursos fonológicos segmentais e suprasegmentais (ritmos, rima, aliteração, eco, etc), de aspectos e tempos verbais.

A coesão sequencial por progressão (ou frástica) é feita por mecanismos que possibilitam:

- A manutenção temática;
- Os encadeamentos, que podem se dar por justaposição ou conexidade.

A relação da coesão com a coerência existe porque a coerência é estabelecida a partir da sequência linguística que constitui o texto, isto é, os elementos da superfície linguística que servem de pistas, de ponto de partida para o estabelecimento da coerência. A coesão ajuda a estabelecer a coerência na interpretação dos textos, porque surge como uma manifestação superficial da coerência no processo de produção desses mesmos textos.

Embora a coesão auxilie no estabelecimento da coerência, ela não é garantia de se obter um texto coerente. Observa Charolles, os elementos linguísticos da coesão não são nem necessários, nem suficientes para que a coerência seja estabelecida.

Como a coesão não é necessária, há muitas consequências linguísticas com poucos ou nenhum elemento coesivo, mas que constituem um texto porque são coerentes e por isso têm o que se chama de textualidade.

Como a coesão não é suficiente, há sequências linguísticas coesas, para as quais o receptor não pode ou dificilmente consegue estabelecer um sentido global que as faça coerentes.

O mau uso dos elementos linguísticos de coesão pode provocar incoerências locais pela violação de sua especificidade de uso e função. Às vezes também ocorre um tipo de incoerência porque o não uso de elementos necessários calcula-la de forma mais direta causa um estranhamento da sequência

pelo receptor. A separação entre coesão e coerência não é tão nítida, a coesão tem relação com a coerência na medida em que é um dos fatores que permite calculá-la, embora do ponto de vista analítico seja interessante separá-las, distingui-las, cumpre não esquecer que são duas faces do mesmo fenômeno.

Coerência, Texto E Linguística Do Texto

Coerência e texto

É a coerência que faz com que uma sequência linguística qualquer seja vista como um texto, porque é a coerência, através de vários fatores, que permite estabelecer relações (sintático-gramaticais, semânticas e pragmáticas) entre os elementos da sequência (morfemas, palavras, expressões, frase, parágrafos, capítulos, etc), permitindo construí-la e percebe-la, na recepção, como constituindo uma unidade significativa global. Portanto, é a coerência que dá textura ou textualidade à sequência linguística, entendendo-se por textura ou textualidade.

A coerência dá origem a textualidade, o que responde a primeira questão. A coesão é apenas um dos fatores de coerência, que contribui para a constituição do texto enquanto tal, representando fatos de face linguística da coerência, mas não sendo nem necessária, nem suficiente para converter uma sequência linguística da coerência, mas não sendo nem necessária, nem suficiente para converter uma sequência linguística em texto. A coesão não dá textualidade é a coerência que faz isso.

Para Beaugrande e Dressler, para quem a coerência é definida em função da continuidade de sentidos há sequências linguísticas incoerentes, que seriam aqueles em que o receptor não consegue descobrir qualquer continuidade de sentido. Marcuschi e mesmo Fávero e Koch falam na existência de textos incoerentes.

Já Charolles afirma que as sequências de frases não são coerentes ou incoerentes em si. Para Charolles não há texto incoerente em si. Charolles admite o tipo de incoerência que já referimos com o nome de incoerência local e que pode resultar do uso inadequado de elementos linguísticos, violando seu valor e função.

Bernárdez, ao falar do processo de criação de um texto coerente, propõe que ele se dá em três fases e que, em cada uma delas, podem ocorrer falhas causadoras de incoerência em determinados casos:

- Na primeira fase, o produtor do texto tem uma intenção comunicativa.
- Na segunda fase, o produtor do texto desenvolve um plano global que lhe possibilite conseguir que seu texto cumpra sua intenção comunicativa, ou seja, tenha êxito face a todos os fatores envolvidos.
- Na terceira fase, o produtor realiza as operações necessárias para expressar verbalmente o plano global, de maneira que, através das estruturas superficiais, o receptor seja capaz de reconstituir ou identificar a intenção comunicativa.

Não existe o texto incoerente em si, mas que o texto poder incoerente em/para determinada situação comunicativa. Assim, ao dizer que um texto é incoerente, temos que especificar as condições de incoerência.

O texto será incoerente se seu produtor não souber adequá-lo à situação, levando em conta intenção comunicativa, objetivos, destinatário, regras socioculturais, outros elementos da situação, uso dos recursos linguísticos, etc. Caso contrário, será coerente.

O mau uso de elementos linguísticos e estruturais cria incoerências no nível local. O produtor do texto, em função de sua intenção comunicativa, levando em conta todos os fatores da situação e

usando seu conhecimento linguístico, de mundo , etc., constrói o texto, cuja superfície linguística é constituída de pistas que permitem aos receptor calcular o (um) sentido do texto, estabelecendo sua coerência, através da consideração dos mesmos fatores que o produtor e usando os mesmo recursos.

A coerência não é nem característica do texto, nem dos usuários do mesmo, mas está no processo que coloca texto e usuários em relação numa situação comunicativa. Tendo em vista:

- A coesão é uma manifestação da coerência na superfície textual;
- Os elementos linguísticos da superfície do texto funcionam como pistas que o produtor do texto escolheu em função de sua intenção comunicativa e do(s) sentido(s) que desejava que o receptor do texto fosse capaz de recuperar – pode-se esperar que diferentes tipos de textos apresentem diferentes modos, meios e processos de manifestação da coerência na superfície linguística.

Diferentes tipos de textos têm diferentes esquemas estruturas que, na Linguística Textual, recebem o nome de superestruturas. Narrativos, descritivos, dissertativos, líricos, ficção, dramáticos, poéticos e prosas. O conhecimento ou não, a utilização ou não das características de superestrutura de cada tipo pode auxiliar ou dificultar o estabelecimento de coerência.

Os estudos da coerência e coesão nos textos orais, em comparação com os textos escritos, os usuários utilizam recursos diferenciados na superfície linguística, de modo que sua coerência tem de se estabelecer e ser julgada por mecanismos e critérios diversos dos utilizados para o texto escrito, sob pena de incorrermos em falhas de julgamento.

Coerência e Linguística Do Texto

Quando a linguística começou a tomar o texto como unidade de estudo, os estudiosos, acreditando na existência de textos e não-textos, propuseram a formulação de uma gramática do texto. Com a evolução dos estudos que não existe a sequência linguística incoerente em si e, portanto, não existe o não texto.

Passou-se à construção de uma Teoria do texto ou Linguística do Texto, que é dizer a boa ou má formação dos textos, mas permitir representar os processos e mecanismos de tratamentos dos dados textuais que os usuários põem em ação quando buscar interpretar uma sequência linguística, estabelecendo o seu sentido e, portanto, calculando sua coerência.

Tais processos e mecanismos, em sua atuação, sofrem restrições que obedecem a determinações psicológicas e cognitivas, socioculturais, pragmáticas e linguísticas. Por isso, o estudo da produção, compreensão e coerência textuais tornou-se um campo inter e pluridisciplinar. Charolles cabe aos linguistas “delimitar, na constituição e composição textuais, qual é a parte e a natureza das determinações (que referimos no parágrafo anterior) que resultam dos diferentes meios que existem na diferentes línguas, para exprimir a continuidade ou a sequência do discurso”.

O linguista deve, assim, fazer “a analise das marcas de relação entre as unidade de composição textual que a língua usa para resolver, o melhor possível, os problemas de interpretação que seu uso possa gerar. Isto para além da generalidade dos processos psico e sociocognitivos que intervêm na interpretação (da coerência) do discurso”.

Fatores De Coerência

A construção da coerência decorre de uma multiplicidade de fatores das mais diversas ordens: linguísticos, discursivos, cognitivos, culturais e interacionais .

Elementos Linguísticos

É indiscutível a importância dos elementos linguísticos do texto para o estabelecimento da coerência. Esses elementos servem como pistas para ativação dos conhecimentos armazenados na memória, constituem o ponto de partida para a elaboração de inferências, ajudam a captar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem o texto. Todo o contexto linguístico – ou co-texto – vai contribuir de maneira ativa na construção da coerência.

Conhecimento de Mundo

O nosso conhecimento de mundo desempenha um papel decisivo no estabelecimento da coerência: se o texto falar de coisas que absolutamente não conhecemos, será difícil calcularmos o seu sentido e ele nos parecerá destituído de coerência.

Armazenando os conhecimentos, modelos cognitivos.

- Os frames armazenados sob um certo “rótulo”.
- Os esquemas em sequência temporal ou causal.
- Os planos como agir para atingir determinado objetivo
- Os scripts modos de agir altamente estereotipados em dada cultura, inclusive em termos de linguagem;
- As superestruturas ou esquemas textuais – conjunto de conhecimentos sobre os diversos tipos de textos, que vão sendo adquiridos à proporção que temos contanto com esses tipos e fazemos comparações entre eles.

É o nosso conhecimento de mundo que nos faz considerar estranho o texto. É a partir dos conhecimento que temos que vamos construir u modelo do mundo representado em cada texto – é o universo (ou modelo) textual. Para que possamos estabelecer a coerência de um texto, é preciso que haja correspondência ao menos parcial entre os conhecimentos nele ativados e o nosso conhecimento de mundo , pois , caso contrário, não teremos condições de construir o universo textual dentro do qual as palavras e expressões do texto ganham sentido.

Conhecimento Compartilhado

É preciso que o produtor e receptor de um texto possuam , ao menos uma boa parcela de conhecimentos comuns.

Os elementos textuais que remetem ao conhecimento partilhado entre os interlocutores constituem a informação “velha” ou dada, ao passo que tudo aquilo que for introduzido a partir dela constituirá a informação nova trazida pelo texto. Para que um texto seja coerente, é preciso haver um equilíbrio entre informação dada e informação nova.

- Constituem o co-texto;
- Aquele que fazer parte do contexto situacional
- Aqueles que são do conhecimento geral em dada cultura
- As que remetem ao conhecimento comum do produtor e do receptor.

O contexto (linguístico e situacional) permite desfazer a ambiguidade de termos e expressões da língua.

Inferências

Inferência é a operação pela qual, utilizando seu conhecimento de mundo, o receptor de um texto estabelece uma relação não explícita entre dois elementos (normalmente frases ou trechos) deste texto que ele busca compreender e interpretar; ou, então, entre segmentos de textos e os conhecimentos necessários para a sua compreensão.

Fatores De Contextualização

Os fatores de contextualização são aqueles que “ancoram” o texto em uma situação comunicativa determinada.

Segundo Marcushi podem ser de dois tipos: os contextualizadores propriamente ditos e os perspectivos ou prospectivos. Entre os primeiros estão a data, o local, a assinatura, elementos gráficos, timbre, etc., que ajudam a situar o texto e, portanto, a estabelecer-lhe a coerência.

Sem os elementos contextualizadores, fica difícil decodificar a mensagem. Também em documentos, correspondência oficial e outros textos do gênero, o timbre, o carimbo, a data, a assinatura serão de extrema importância, servindo, inclusive, para fé ao texto.

Entre os fatores gráficos, temos: disposição na página, ilustrações, fotos, localizações no jornal (caderno, página), que contribuem para a interpretação do texto.

Os fatores perspectivos ou prospectivos são aqueles que avançam expectativas sobre o conteúdo – e também a forma – do texto: título, autor, inicio do texto.

A leitura (compreensão) de um texto é uma atividade de solução de problemas. Ao descobrirmos a solução final, teremos estabelecido a coerência do texto.

Situacionalidade

A Situacionalidade, outro fator responsável pela coerência, pode ser vista atuando em duas direções:

- Da situação para o texto
- Do texto para a situação
- Da situação para o texto – trata-se de determinar em que medida a situação comunicativo interfere na produção recepção do texto e , portanto no estabelecimento da coerência., o contexto imediato da interação, o contexto sociopolítico-cultural em que a interação está inserida.
- Ao construir um texto, verificar o que é adequado àquela situação específica: grau de formalidade, variedade dialetal, tratamento a ser dado ao tema, etc.
- O lugar e o momento da comunicação, as imagens recíprocas que os interlocutores fazem uns do outros, os papéis que desempenham, seus pontos de vista , o objetivo da comunicação.
- Do texto para a situação – também o texto tem reflexos importantes sobre a situação comunicativa: o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real. O produtor recria o mundo de acordo com seus objetivos, propósitos, interesses, convicções, crenças, etc.
- Os referentes textuais não são idênticos ao do mundo real, mas são construídos no interior do texto. O receptor, por sua vez, interpreta o texto de acordo com a sua ótica, os seus propósitos, as suas convicções – há sempre uma mediação entre o mundo real e o mundo textual.

Na construção da coerência, a situacionalidade exerce um papel de relevância. Um texto que é coerente em dada situação pode não sê-lo em outra: daí a importância da adequação do texto à situação comunicativa.

Informatividade

Diz respeito ao grau de previsibilidade (ou expectabilidade) da informação contida no texto. Um texto será tanto menos informativo se contiver apenas informação previsível ou redundante, seu grau de informatividade será baixo; se contiver, além da informação de um texto for inesperada ou imprevisível, ele terá um grau máximo de informatividade, podendo, à primeira vista, parecer incoerente por exigir do receptor um grande esforço de decodificação.

O grau máximo de informatividade é comum na literatura e na linguagem metafórica em geral.

Mas também são frequentes, tanto em texto poéticos como em textos publicitários ou manchetes jornalísticas.

É a informatividade que vai determinar a seleção e o arranjo das alternativas de distribuição da informação no texto, de modo que o receptor possa calcular-lhe o sentido com maior ou menor facilidade, dependendo da intenção do produtor de construir um texto mais ou menos hermético, mais ou menos polissêmico, ou que está, evidentemente, na dependência da situação comunicativa e do tipo de texto a ser produzido.

Focalização

A focalização tem a ver com a concentração dos usuários (produtor e receptor) em apenas uma parte do seu conhecimento, bem como com a perspectiva da qual são vistos os componentes do mundo textual. O produtor fornece ao receptor pistas sobre o que está focalizando. Diferenças de focalização podem causar problemas sérios de compreensão, impedindo, por vezes, o estabelecimento da coerência.

A mesma palavra poderá ter sentido diferente, dependendo da focalização. No caso de palavras homônimas, a focalização comum dos interlocutores permitirá depreender o sentido do termo naquela situação específica. A focalização determina também, em dados casos, o uso adequado de certos elementos linguísticos. Um dos mais importantes meios de evidenciar a focalização é o uso do que chamamos de descrições ou expressões definidas, isso é, grupos nominais introduzidos por artigo definido (ou por demonstrativos). Tais expressões selecionam, dentre as propriedades e características do referente, aquelas sobre as quais se deseja chamar a atenção.

O título do texto é, em grande parte dos casos, responsável pela focalização. Como já vimos anteriormente ativa e/ou seleciona conhecimentos de mundo que temos arquivados na memória, avançando expectativas sobre o conteúdo do texto.

Intertextualidade

Outro importante fator de coerência é a intertextualidade, na medida em que, para o processamento cognitivo (produção/recepção) de um texto, recorre-se ao conhecimento prévio de outros textos. A intertextualidade pode ser de forma ou de conteúdo.

A intertextualidade de forma ocorre quando o produtor de um texto repete expressões, enunciados ou trechos de outros textos, ou então o estilo de determinado autor ou de determinados gêneros de discurso. Um subtipo de intertextualidade formal é a intertextualidade tipológica, que também é importante para o processamento adequando do texto.

Os conhecimentos de mundo são armazenados em nossa memória sob forma de blocos – os modelos cognitivos globais, entre os quais estão as superestruturas ou esquemas textuais, que são conjuntos de conhecimentos que se vão acumulando quanto aos diversos tipos de textos utilizados em dada cultura. Quanto ao conteúdo, pode-se dizer que a intertextualidade é uma constante: os textos de uma mesma época, de uma mesma área de conhecimento, de uma mesma cultura, etc., dialogam, necessariamente, uns com os outros. Essa intertextualidade pode ocorrer de maneira explícita ou implícita.

Intertextualidade implícita não se tem indicação de fonte, de modo que o receptor deverá ter os conhecimentos necessários para recuperá-la; do contrário, não será capaz de captar a significação implícita que o produtor pretende passar. Não havendo indicação da fonte do texto original, caberá receptor, através de seu conhecimento de mundo, não só descobri-la como detectar a intenção do produtor do texto ao retomar o que foi dito por outrem.

O reconhecimento do texto fonte e dos motivos de sua reapresentação, no caso da intertextualidade implícita, é como se vê, de grande importância para a construção de sentido de um texto.

Intencionalidade e Aceitabilidade

O produtor de um texto tem, necessariamente, determinados objetivos ou propósitos, que vão desde a simples intenção de estabelecer ou manter o contato com o receptor até a de leva-lo a partilhar de suas opiniões ou a agir ou comportar-se de determinada maneira. A intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados.

A aceitabilidade constitui a contraparte da intencionalidade. Já se disse que, segundo o Princípio Operativo de Grice, o postulado básico que rege a comunicação humana é o da cooperação, isto é, quando duas pessoas interagem por meio de linguagem, elas se esforçam por fazer-se compreender e procuram calcular o sentido do texto do(s) interlocutor(s), partindo das pistas que ele contém e ativando seu conhecimento de mundo, da situação, etc.

A intencionalidade tem relação estreita com o que se tem chamado de argumentatividade. Se aceitamos como verdade que não existem textos neutros, que há sempre alguma intenção ou objetivo da parte de quem produz um texto, e que este não é jamais uma “cópia” do mundo real, pois o mundo é recriado no texto através da mediação de nossas crenças, convicções, perspectivas e propósitos, então somos obrigados a admitir que existe sempre uma argumentatividade subjacente ao uso da linguagem. A argumentatividade manifesta-se nos textos por meio de uma série de marcas ou pistas que vão orientar os seus enunciados no sentido de determinadas conclusões.

Entre estas marcas encontram-se os tempos verbais, os operadores e conectores argumentativos, os modalizadores, entre outros.

A partir dessas marcas, como também das inferências e dos demais elementos construtores da textualidade, o receptor construirá a sua leitura, entre aquelas que o texto, pela maneira como se encontra linguisticamente estruturado, permite. É por isso que todo texto abre a possibilidade de várias leituras.

Consistência E Relevância

De acordo com Giora, dois requisitos básicos para que um texto possa ser tido como coerente são a consistência e a relevância.

A condição de consistência exige que cada enunciado de um texto seja consistente com os enunciados anteriores, isto é, que todos os enunciados do texto possam ser verdadeiros dentro de um mesmo mundo ou dentro dos mundos representados no texto.

O requisito da relevância exige que o conjunto de enunciados que compõe o texto seja relevante para um mesmo tópico discursivo subjacente, isto é, que os enunciados sejam interpretáveis como falando sobre um mesmo tema.

A relevância tópica é outro fator importante da coerência. A coerência não é apenas um traço ou uma propriedade do texto em si, mas sim que ela se constrói na interação entre o texto e seus usuários, numa situação comunicativa concreta, em decorrência de todos os fatores aqui examinados.

Coerência e Ensino

O objetivo é registrar alguns pontos fundamentais quando se pergunta em que as análises da linguística sobre coerência, coesão e texto podem auxiliar no trabalho do professor no ensino de língua materna. Lembraremos alguns aspectos que podem ser importantes para a adoção de uma postura metodológica pelo professor. Metodologia, uma questão de postura, ideologia, metas, objetivos e fundamentos e não apenas técnicas de ensino.

Assim, a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual – o mundo textual – e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso.

A coesão é a manifestação linguística da coerência: advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual. Responsável pela unidade formal do textual, constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais.

Entre os primeiros estão os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre os tempos verbais, as conjunções, por exemplo.

Todos esses recursos expressam relações não só entre os elementos no interior de uma frase, mas também entre frases e sequências de frases dentro de um texto.

Fatores Importantes Para Obter Coerência Em Um Texto

- Intencionalidade – ela exige do produtor a construção de um discurso coerente e coeso, capaz de satisfazer os objetivos em uma determinada situação comunicativa (informar, convencer, pedir, etc.).
- Aceitabilidade – dá-se quanto à expectativa de que o recebedor tenha acesso a um texto coerente e coeso.
- Situacionalidade – refere-se a que diz respeito à adequação do texto à situação sócio-comunicativo, responsável pela pertinência e relevância do texto.
- Intertextualidade – para isso o texto deve interagir com outros textos que funcionam no seu contexto

Os Fatores Pragmáticos Da Textualidade

Entre os cinco fatores pragmáticos estudados por Beaugrande e Dressler (1983), os dois primeiros se referem aos protagonistas do ato de comunicação: a intencionalidade e a aceitabilidade.

A intencionalidade concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto.

Em outras palavras, a intencionalidade diz respeito ao valor ilocutório do discurso, elementos da maior importância no jogo de atuação comunicativa.

O outro lado da moeda é a aceitabilidade, que concerne à expectativa do recebedor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.

Grice (1975. 1978) estabelece máximas conversacionais, que seriam estratégias normalmente adotadas pelos produtores para alcançar a aceitabilidade do recebedor.

Tais estratégias se referem à necessidade de cooperação (no sentido de o produtor responder aos interesses de seu interlocutor) e à qualidade (autenticidade), quantidade (informatividade), pertinência e relevância das informações, bem como à maneira como essas informações são apresentadas (precisão, clareza, ordenação, concisão, etc).

Informatividade

O texto com bom índice de informatividade tem que apresentar todas as informações necessárias para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende.

Não é possível nem desejável que o discurso explice todas as informações necessárias ao seu processamento, mas é preciso que ele deixe inequívocos todos os dados necessários à sua compreensão aos quais o recebedor não conseguirá chegar sozinho.

Focalização

A focalização que tem a ver com a concentração dos usuários (produtor e receptor) em apenas uma parte do seu conhecimento e com a perspectiva da qual são vistos os componentes do mundo textual. Seria como uma câmera que acompanhasse tanto o produtor como o receptor no momento em que um texto é processado.

O primeiro fornece ao segundo determinadas pistas sobre o que está focalizando, ao passo que o segundo terá de recorrer a crenças e conhecimentos compartilhados sobre o que está sendo focalizado, para poder entender o texto (e as palavras que o compõem), de modo adequado.

Fatores Da Contextualização

Os fatores de contextualização que “ancoram” o texto em uma situação comunicativa determinada; a situacionalidade, como outro fator responsável pela coerência, e que pode ser vista atuando em duas direções: a) da situação para o texto; b) do texto para a situação; a informatividade que interfere na construção da coerência no que diz respeito ao grau de previsibilidade (ou expectabilidade) da informação contida no texto;

Intencionalidade E Aceitabilidade

A intencionalidade e a aceitabilidade: a primeira refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados; a segunda constitui a contraparte da intencionalidade que, por sua vez, tem relação estreita com o que se tem chamado de argumentatividade.

A obra expõe a constituição dos sentidos nos textos e seus fatores, tais como os elementos linguísticos, o conhecimento do mundo, as inferências e a situação. Um de seus capítulos é dedicado ao registro de como a análise da coerência textual pode auxiliar no trabalho do professor no ensino da língua e em sala de aula.

Assim, a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual – o mundo textual – e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso.

Intertextualidade

A **intertextualidade** é um recurso realizado entre textos, ou seja, é a influência e relação que um estabelece sobre o outro. Assim, determina o fenômeno relacionado ao processo de produção de textos que faz referência (explícita ou implícita) aos elementos existentes em outro texto, seja a nível de conteúdo, forma ou de ambos: forma e conteúdo.

Grosso modo, a intertextualidade é o diálogo entre textos, de forma que essa relação pode ser estabelecida entre as produções textuais que apresentem diversas linguagens (visual, auditiva, escrita), sendo expressa nas artes (literatura, pintura, escultura, música, dança, cinema), propagandas publicitárias, programas televisivos, provérbios, charges, dentre outros.

Tipos De Intertextualidade

Há muitas maneiras de realizar a intertextualidade sendo que os tipos de intertextualidade mais comuns são:

- **Paródia:** perversão do texto anterior que aparece geralmente, em forma de crítica irônica de caráter humorístico. Do grego (parodès) a palavra “paródia” é formada pelos termos “para” (semelhante) e “odes” (canto), ou seja, “um canto (poesia) semelhante à outra”. Esse recurso é muito utilizado pelos programas humorísticos.
- **Paráfrase:** recriação de um texto já existente mantendo a mesma ideia contida no texto original, entretanto, com a utilização de outras palavras. O vocábulo “paráfrase”, do grego (paraphrasis), significa a “repetição de uma sentença”.
- **Epígrafe:** recurso bastante utilizado em obras, textos científicos, desde artigos, resenhas, monografias, uma vez que consiste no acréscimo de uma frase ou parágrafo que tenha alguma relação com o que será discutido no texto. Do grego, o termo “epígrafhe” é formado pelos vocábulos “epi” (posição superior) e “graphé” (escrita). Como exemplo podemos citar um artigo sobre Patrimônio Cultural e a epígrafe do filósofo Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.): “A cultura é o melhor conforto para a velhice”.
- **Citação:** Acréscimo de partes de outras obras numa produção textual, de forma que dialoga com ele; geralmente vem expressa entre aspas e itálico, já que se trata da enunciação de outro autor. Esse recurso é importante haja vista que sua apresentação sem relacionar a fonte utilizada é considerado “plágio”. Do Latim, o termo “citação” (citare) significa convocar.
- **Alusão:** Faz referência aos elementos presentes em outros textos. Do Latim, o vocábulo “alusão” (alludere) é formado por dois termos: “ad” (a, para) e “ludere” (brincar).

Outras formas de intertextualidade são o **pastiche**, o **sample**, a **tradução** e a **bricolagem**.

Exemplos

Segue abaixo alguns exemplos de intertextualidade na literatura e na música:

Intertextualidade Na Literatura

Fenômeno recorrente nas produções literárias, segue alguns exemplos de intertextualidade.

O poema de Casimiro de Abreu (1839-1860), “**Meus oito anos**”, escrito no século XIX, é um dos textos que gerou inúmeros exemplos de intertextualidade, como é o caso da paródia de Oswald de Andrade “Meus oito anos”, escrito no século XX:

Texto Original

“Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!”

(Casimiro de Abreu, “Meus oito anos”)

Paródia

“Oh que saudades que eu tenho
Da aurora de minha vida
Das horas
De minha infância
Que os anos não trazem mais
Naquele quintal de terra!
Da rua de Santo Antônio
Debaixo da bananeira
Sem nenhum laranjais”

(Oswald de Andrade)

Outro exemplo é o poema de Gonçalves Dias (1823-1864) intitulado Canção do Exílio o qual já ren- deu inúmeras versões. Dessa forma, segue um dos exemplos de paródia, o poema de Oswald de Andrade (1890-1954), e de paráfrase com o poema de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987):

Texto Original

“Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá,
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.”

(Gonçalves Dias, “Canção do exílio”)

Paródia

“Minha terra tem palmares
onde gorjeia o mar
os passarinhos daqui
não cantam como os de lá.”

(Oswald de Andrade, “Canto de regresso à pátria”)

Paráfrase

“Meus olhos brasileiros se fecham saudosos
Minha boca procura a ‘Canção do Exílio’.
Como era mesmo a ‘Canção do Exílio’?
Eu tão esquecido de minha terra...
Ai terra que tem palmeiras
Onde canta o sabiá!”

(Carlos Drummond de Andrade, “Europa, França e Bahia”)

Intertextualidade Na Música

Há muitos casos de intertextualidade nas produções musicais, veja alguns exemplos:

A música **“Monte Castelo”** da banda legião urbana cita os versículos bíblicos 1 e 4, encontrados no livro de Coríntios, no capítulo 13: “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine” e “O amor é sofredor, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com leviandade, não se ensoberbece”. Além disso, nessa mesma canção, ele cita os versos do escritor português Luís Vaz de Camões (1524-1580), encontradas na obra “Sonetos” (soneto 11):

“Amor é um fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói, e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer.
É um não querer mais que bem querer;
É um andar solitário entre a gente;
É nunca contentar-se e contente;
É um cuidar que ganha em se perder;
É querer estar preso por vontade;
É servir a quem vence, o vencedor;
É ter com quem nos mata, lealdade.
Mas como causar pode seu favor
Nos corações humanos amizade,
Se tão contrário a si é o mesmo Amor?”

Igualmente, a música **“GoBack”** do grupo musical Titãs, cita o poema “Farewell” do escritor chileno Pablo Neruda (1904-1973):

“Ya no se encantarán mis ojos en tus ojos,
ya no se endulzará junto a tí mi dolor.
Pero hacia donde vaya llevaré tu mirada
y hacia donde camines llevarás mi dolor.
Fui tuyo, fuiste mía. ¿Qué más? Juntos hicimos
un recodo en la ruta donde el amor pasó.
Fui tuyo, fuiste mía. Tú serás del que te ame,
del que corte en tu huerto lo que he sembrado yo.
Yo me voy. Estoy triste: pero siempre estoy triste.
Vengo desde tus brazos. No sé hacia dónde voy.
...Desde tu corazón me dice adiós un niño.
Y yo le digo adiós.”

Informação E Informatividade

A definição de "informatividade é usualmente utilizada pela literatura, que destaca o fato de que a compreensão de um texto depende do conhecimento de outros textos" Val (1991, p.15). Na opinião de Beaugrande e Dressler (1981), a informatividade diz respeito à quantidade de prever a informação. Os conceitos de ambos os autores se complementam quando refletem que, para o indivíduo ter acesso à informatividade, precisa ter dados suficientes para entender a informação.

A comunicação é o processo pelo qual os seres humanos trocam entre si informações, e, por mais simples que pareça, necessita de elementos para o ato comunicativo entre o emissor, o receptor e a mensagem.

A escolha do que é informativo ou não na formação dos sistemas de informação não é algo simples, porque o conhecimento e a extensão das tarefas divergem quanto às circunstâncias que as juntam; alguns domínios "têm alto grau de consenso e critérios de relevância explícitos", outros "têm paradigmas diferentes, conflitantes ..." (CAPURRO e HJORLAND, 2007).

A Informação e o Conhecimento

Como afirma Mañas (2002, p.47), "quando um estabelecimento apresenta problemas e procura suas causas, certamente irá encontrar falhas e problemas de comunicação e informação". A informação é um meio essencial para qualquer estabelecimento, seja rural ou urbano.

Existe uma emergencial necessidade de criação de uma nova área da administração, a de gerir informações, mas, com maior precisão, a gestão estratégica da informação. Surge também a nova classe de problemas a formular e resolver, baseados nesse recurso estratégico, que é a informação. O que dá a entender que um grande número dos responsáveis pelos estabelecimentos não está preparado para tratar especificamente a informação como instrumento em si, e menos ainda para gerenciá-la, considerando-a como ferramenta estratégica.

A informação também é empregada em muitos estabelecimentos como instrumento ou ferramenta de gestão. No entanto, a administração efetiva de uma organização necessita da precisão dos valores da informação e dos sistemas de informação.

Para permitir que a informação tenha valor, é preciso deixar claros os meios capazes de avaliá-la, o que não é uma tarefa fácil. Entre algumas maneiras, utilizamos o juízo de valor, que, apesar de não ser determinado, julga-se que o valor altera com o tempo e a perspectiva. Em certos casos, é negativo, como acontece com o exagero da quantidade na informação.

Sob essa perspectiva, segundo Moresi apud Cronin (2000), o valor da informação pode ser assim classificado:

§ valor de uso: fundamentar-se na última utilização que se fará com a informação;

§ valor de troca: quem a utiliza está consciente de que pagará, sabendo que o valor variará conforme as leis de oferta e demanda, podendo ser chamado de valor de mercado;

§ valor de propriedade, que denota o custo substitutivo de um bem;

§ valor de restrição, que ocorre no caso de informação sigilosa ou de interesse do mercado, quando o uso fica limitado apenas a alguns indivíduos.

Muitas vezes não é possível determinar o valor da informação, porém é estabelecida uma equivalência a uma soma em dinheiro. Sendo um bem abstrato e intangível, seu valor estará vinculado a um contexto. Então, os valores de uso e de troca podem ser úteis na determinação de uma provável igualdade de valor da moeda, tornando atrativa a qualidade da informação para a mensuração monetária.

Segundo Mañas (2002), para produzir informações e conhecimento, na propriedade rural, é preciso habilitar o produtor agrícola que conduzirá o processo das informações e o gerenciamento da propriedade, o que é primordial para a correta tomada de decisões; esta depende principalmente das fontes (origens) utilizadas e de como as informações fluem dentro e fora da propriedade agrícola. A adaptação da propriedade rural ao mercado consumidor é de fundamental importância para alcançar os resultados, e são várias as características de uma propriedade para se adaptar ao mercado, como a escolha das melhores culturas, diversificação agrícola e utilização de sistemas produtivos, pois são inovações que têm como objetivo maior tornarem-se competitivas para atingir os resultados em curto espaço de tempo.

Temos como fatores da propriedade rural ideal: o retorno financeiro a curto prazo e a sobrevivência a longo prazo; segmentos determinados, saber como proceder no mercado; estar preparado para se adequar à mudança de ambiente e de aprendizagem para atingir o objetivo almejado.

Para que haja o crescimento e o desenvolvimento de um estabelecimento, é necessário que a qualidade da informação seja gerada no momento certo, e transmitida de forma correta, portanto dominar a informação será determinante para a sobrevivência do estabelecimento.

Davenport (1998, p. 173) trata a gestão da informação como um processo definido por "um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como os estabelecimentos obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento".

Contudo, o processo de gestão da informação em estabelecimentos, segundo Davenport (1998), deve buscar melhorias e constante aperfeiçoamento, pode também fazer uso da abordagem da qualidade voltada para o treinamento das pessoas porque são elas que vão conduzir o processo.

É pela informação que os processos de tomada de decisão contribuem para que se obtenham os resultados esperados, esses procedimentos favorecem a produção, alcançando maior desempenho pelo uso do conhecimento.

Para Davenport (1998, p.19), o "conhecimento é a informação mais valiosa (...) é valiosa precisamente porque alguém deu à informação um contexto, um significado, uma interpretação (...)" . O conhecimento pode ser pensado como a informação processada pelas pessoas.

O valor associado à informação está sujeito aos conhecimentos anteriores desses indivíduos. Sendo assim, obtemos conhecimento pelo emprego da informação em nossas atividades. Contudo, o conhecimento não pode ser desvinculado das pessoas; ele tem rigorosamente relação com sua percepção, é o que reúne em códigos e os decodifica, distorce e usa a informação conforme suas características individuais, ou de acordo com seus exemplos intelectuais.

Na busca para obter informações, Davenport (1998, p. 181) fragmenta essa procura em quatro atividades, constituídas por: exploração; classificação; formatação e estruturação de informações. E, ainda, segundo ele, não existem exigências na sequência da execução dessas atividades.

Como ressalta Davenport (1998, p. 184), "o melhor ambiente de exploração, claro, é aquele no qual todos executam a coleta de dados e depois compartilham as informações obtidas".

A próxima etapa estabelecida é a coleta de informações e classificação da informação; essa fase é que determina a maneira de acesso à informação pelo usuário, trata-se de uma tarefa que implica grande utilização de mão de obra.

A formatação e a estruturação das informações é a ocasião que se destina à melhor exposição da informação, de maneira que seja mais segura, consequentemente, mais aceita e utilizada com maior confiabilidade. Distribuição é o processo que formata e reúne emissor e receptor da informação; a conjuntura efetiva da disposição, depende do desempenho funcional dos processos. Davenport

(1998, p. 189) considera que "definir as exigências informacionais de uma organização ajuda a aumentar a consciência de que a informação é valiosa; o formato correto torna mais fácil a distribuição". Faz-se necessária uma boa elaboração de estratégias para disseminação da informação, além da conscientização quanto às limitantes na transferência da informação; essa preocupação é resultado das restrições quanto à disseminação das informações, comprometendo, muitas vezes, a constante troca de conhecimentos. De acordo com Davenport (1998), o tratamento para a obtenção da informação, busca, como principal objetivo, adquirir o conhecimento pela informação.

Luckesi (1996) procura chegar próximo da questão: o que é conhecimento? Escolhe responder, declarando que conhecimento é a exposição ou o esclarecimento da realidade, e passa por um trabalho de pesquisa para descobrir aquelas coisas que estão ocultas, que ainda não foram entendidas. Após a compreensão de sua maneira de ser, o objeto é considerado conhecido. Obter conhecimento não é entender a realidade guardando informações, mas empregá-las utilmente para descobrir o novo e continuar, porque quanto maior for o entendimento do mundo mais importante será a influência do indivíduo que o detém.

A produção de conhecimento é uma reconstrução das estruturas mentais do ser humano elaborada por meio de suas capacidades cognitivas, ou seja, é uma mudança em seu depósito mental de saber acumulado, resultado de uma influência com a forma de informação. Na reconstrução, pode mudar o modo de conhecimento do indivíduo, ou porque cresce seu conteúdo de saber acumulado, ou por sedimentar o conhecer já guardado, porque reformula a experiência anterior armazenada.

Na opinião de Miranda (1999), a divisão do conhecimento se dá pelos seguintes aspectos:

§ conhecimento explícito é a união de informações já evidenciadas em algum apoio didático (livros, documentos, revistas), o que determina o saber acessível sobre determinado tema;

§ conhecimento tácito é a junção do saber prático sobre um assunto específico, que reúne certezas, crenças, sentimentos, emoções, opiniões e outros fatores relacionados à experiência e à individualidade de quem o detém;

§ O conhecimento estratégico é a harmonia entre o conhecimento explícito e o tácito, formado a partir das informações estratégicas e de acompanhamento, agregando-se ao conhecimento de especialistas.

Para Bio (1995), certamente, o objetivo do planejamento e o controle das informações é a tomada de decisões, porque estas necessitam de informações relevantes, cujo teor deve ser adequado e seguro, devendo haver uma reflexão, dos administradores, sobre os processos decisórios e a elaboração de um sistema de informação que levem em conta esses processos de decisão de forma integrada e precisa, não deixando as partes que compõem o todo sem a devida associação.

A informação por si só, de forma fragmentada, em apenas determinadas aplicações não terá resultados, faz-se necessária a utilização dos sistemas de informação para tornar o uso da informação completo, porque sua abrangência são todas as unidades produtivas.

Intencionalidade,

I. Intencionalidade: Caracterização Mais Geral Possível

Pretendo abordar o tema da intencionalidade e algumas de suas implicações, tarefa que, reconheço, não é das mais amenas em filosofia. Partirei assim da idéia-força de Franz Brentano sobre a natureza dos estados psicológicos, idéia em evidência junto à escola analítica desde a década de 60: em sua enunciação, a idéia não oferece dificuldade de compreensão: tudo aquilo que se dirige, é sobre, faz alusão, menção ou referência a alguma coisa possui a propriedade da intencionalidade.

A idéia de intencionalidade tem importância e repercussão ampla para os estudo em filosofia da mente e da linguagem, pois (a) propõe um critério para distinguirmos entre o que é mental e o que não e (b) gera implicações lógicas para a compreensão dos processos cognitivos e comunicativos.

Esta caracterização diz respeito ao que os estados mentais são, às suas condições de individuação e reconhecimento, que os distingue dos fenômenos físicos. Não se pode falar da grande maioria dos fenômenos mentais ou das representações, sejam lá de que tipo forem, intransitivamente, ou seja, sem relacioná-los ao que se dirigem: se x representa, x representa alguma coisa; se dissermos que um indivíduo pensa, estamos dizendo implicitamente que pensa em algo; quando dizemos que alguém acredita, que acredita em algo, e assim quando vê ou ouve. Uma crença é uma crença porque concerne à propriedade de um objeto ou a uma relação entre objetos. Da mesma forma, um desejo, uma intenção, um temor, uma expectativa, etc....

A intencionalidade parece ser uma propriedade — talvez a propriedade essencial — do conjunto de todas as representações (proferimentos linguísticos, gestos, sinalizações e figuras). Daí se segue que (a) o problema teórico das representações é idêntico ao problema teórico da intencionalidade e (b) que há uma conexão necessária entre teorias sobre a linguagem e representações públicas e teorias sobre fenômenos mentais intencionais.

Disse anteriormente que a propriedade da intencionalidade é ontológica. Vou usar um exemplo simples para ilustrar esse ponto. A distinção entre Nicole Kidman e quaisquer de suas representações possíveis é inequívoca. A fotografia de Nicole Kidman é sobre um determinado indivíduo, mas Nicole Kidman não é sobre nada. Não ser sobre nada é a propriedade conversa da intencionalidade.

Esta diferença entre aquilo que é representado e aquilo que representa não se dissipa quando constatamos que uma representação pode ser sobre uma outra representação. Existem relações intencionais entre representações, digamos, relações intencionais de segunda ordem, nas quais uma representação (r) é sobre outra representação (r'). Nesse caso, a representação representada passa a ser um objeto. Exemplos: Um desenho feito sobre a fotografia do Papa e a nomeação (menção) de uma palavra.

O primeiro caso se comprehende imediatamente; o segundo requer duas pequenas explicações, entre usar e mencionar (uso e menção) e entre representações de estados intencionais: uso a palavra cadeira para falar sobre uma cadeira, por exemplo e menciono a palavra cadeira para falar sobre a palavra que uso ou posso usar para falar sobre uma cadeira.

Por exemplo, estou mencionando a palavra “cadeira” quando digo que cadeira é uma palavra da língua portuguesa que designa um certo tipo de objeto normalmente usados como assento. Além disso, uma crença pode ser sobre uma outra crença. Por exemplo, acredito que quando era jovem, acreditava em mudar o mundo. Também aqui a crença na qual eu acreditava é o objeto de minha representação atual.

Há que considerar, nesse ponto, uma outra abordagem do assunto que, podemos dizer, agraga-se ao tema da intencionalidade. Frege dizia que quando falamos das coisas, o fazemos por meio de signos que possuem sentido e referência.

A referência é a própria coisa designada e o sentido é um tipo de objeto abstrato, que ele chamava de modo de apresentação da referência ou pensamento. De qualquer modo, para Frege, o sentido determina a referência. Assim, símbolos, segundo fregianos, são coisas que se referem a outras coisas porque possuem sentido em certos contextos de cognição e fala. Em contextos especiais, como nos chamados contextos intencionais (enunciados nos quais ocorrem verbos como acredita, deseja, etc.s) ou enunciados indiretos (disse, nega, refuta, etc...), símbolos não se referem às próprias coisas sob determinados aspectos, mas a objetos abstratos e complexos chamados por Frege de “sentidos” ou “pensamentos”.

Pensamentos não são psicológicos, na acepção de Frege; são entidades objetivas que existem do mesmo modo que a nota de um real que tenho em meu bolso. A diferença é que pensamentos são entidades relacionadas à linguagem e apenas à linguagem. Essa não é uma questão apenas ilustrativa aqui. Para o que importa entender, Frege dizia que não podemos ter acesso diretamente às coisas, que nosso conhecimento delas é sempre dependente de um pensamento, que as determinam, independentemente da existência ou não dessas coisas. E por quê ele dizia isto? Posso dizer que os marcianos congelados em meu quarto são gigantes e você pode dizer a mesma coisa. Logo, aquilo que dizemos expressa um mesmo pensamento, não privativo de nenhum de nós, mas comum a ambos e que pode ser verdadeiro ou falso.

Pensamentos são definidos como entidades objetivas, que podem ser verdadeiras ou falsas. Essa noção é problemática, porque Frege não deslindou suficientemente tal conceito do ponto de vista metafísico. Ele apenas constatou que compartilhamos de pensamentos idênticos e, por isso, essas entidades não são psicológicas. E também constatou que podemos nos referir ao mesmo objeto de modos diferentes. Por exemplo: Nicole Kidman e a ex-mulher de Tom Cruise são a mesma pessoa, mas pensar que Nicole Kidman é a mais bela atriz de Hollwood não é o mesmo que pensar a ex-mulher de Tom Cruise é a mais bela atriz de Hollwood. Afinal, posso saber quem é Nicole Kidman sem saber que ela foi mulher de Tom Cruise.

Wittgenstein, como Russell, chamava os pensamentos de proposições, (e na linha de Frege) disse que essas são definidas pela idéia de funções de verdade. Um enunciado tem sentido porque expressa algum tipo de proposição e essa possui uma mapa que mostra as possibilidades em que pode ser verdadeira ou falsa.

Ele chamava esse mapa de tabela de verdade e pretendia que suas tabelas mostrasse precisamente todas as possibilidades em que enunciados são falsos ou verdadeiros, sem dizer se eles são falsos ou verdadeiros, porque a verdade (com exceção das proposições da própria lógica) são verdadeiras ou não em vista de sua relação com o mundo. Por isto (também) Wittgenstein disse que as proposições da lógica, por terem um mapa que mostra serem sempre verdadeiras, não possuem sentido.

Muitos teóricos definem pensamentos/proposições de formas diferentes: uns o tomam como sendo uma propriedade funcional de uma expressão (a expressão refere-se a algo porque desempenha um determinado papel em inferências com as quais se relaciona). Outros dizem que modos de apresentação não são sentidos, porque sentidos são o que duas expressões sinônimas preservam e existe uma lei da lógica que diz que se substituirmos uma expressão sinônima por outra, numa sentença, o valor de verdade da sentença não se altera.

Mas se Frege estava certo, se você não sabe que Nicole Kidman e a ex-mulher de Tom Cruise são a mesma pessoa, então, para você, a sentença na qual ocorre “Nicole Kidman” pode ser verdadeira e a sentença na qual ocorre “a ex-mulher de Tom Cruise” pode ser falsa. Na perspectiva de Brentano, teríamos dois objetos intencionais distintos. Na de Frege, dois pensamentos distintos sobre o mesmo objeto.

Do ponto de vista intencional, quando dizemos que as palavras “Nicole Kidman” representam alguém determinado, estamos fazendo uso de uma noção intencional primária, estamos nos referindo (por meio de um pensamento ou não) à pessoa mesmo e somente a partir dessa noção de referência a algo é que a noção de intencionalidade de segunda ordem pode ser compreendida.

Ou seja, quando falamos em intencionalidade, fazemos uma distinção entre coisas intrinsecamente intencionais (representações) e coisas intrinsecamente não-intencionais (objetos) que, de algum modo, mantêm relações entre si.

A Intencionalidade e a Aceitabilidade Textual.

Sabemos que todos os textos são uma forma de comunicação e interação verbal, e é através dele que se dá a inter-relação entre o autor e o leitor.

Sempre que se constrói um texto o autor tem como função de entrar num processo que se chama enunciação, onde se coloca todo o seu conhecimento sobre o mundo. Desta forma o autor constrói o texto para que assim, o leitor tenha como função captar suas intenções reais.

O texto é como uma ferramenta de comunicação e assim tem como objetivo, transmitir a principal ideia do autor no seu contexto e no momento, assim havendo a intencionalidade do autor e a aceitabilidade do leitor.

É sempre no ato da leitura que se interpreta e se comprehende o que o autor nos quer passar, pois desta forma, o leitor buscará em sua memória tudo que se refere naquele assunto. Assim o leitor irá construir o sentido do texto, após ter feito a leitura, e assim também irá ativar seu conhecimento discursivo.

Para que possa ocorrer a interação entre eles, o leitor tem como função ter um conhecimento básico sobre o que o autor trata no texto, através de seu conhecimento linguístico, enciclopédico, interacionais e de mundo.

De acordo com PCN de Língua Portuguesa (1998, pp.69-70)

“A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extraír informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência, e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante das dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas.”

A Intencionalidade e a Aceitabilidade

O que podemos entender como intenção?

Podemos considerar uma intenção, como um conceito reservado, uma ideia sub - compreendida, como se fosse um propósito disfarçado.

A intencionalidade do autor é tudo aquilo que ele quer expressar através do texto. Para que o autor possa passar sua intenção sobre o texto, ele necessita de um conhecimento de tudo o que ele está escrevendo, porque na construção de um texto, é preciso que o mesmo contenha coerência e coesão, ou seja, ele deve ser um texto coerente e coeso para poder alcançar o objetivo comunicativo, pois em algumas das situações, considera-se necessário que o autor adote uma modelização da linguagem para que assim, obtenha melhor a compreensão do leitor, pois assim, o autor pode utilizar algumas “palavras chave” do mundo em que vive o leitor, dessa forma, o autor demonstra sua preocupação em assimilar-se com sua ideia principal.

Já na aceitabilidade, o leitor necessita um conhecimento prévio para avaliar o texto corretamente, dessa forma, ficando ao seu critério aceitar ou não a intenção real do autor. Pois consequentemente, é através de sua interpretação e interação que se pode dar o sentido a leitura, reconhecendo o que há de implícito ou explícito que contenham no texto.

De acordo com Koch, a aceitabilidade é uma contraparte da intencionalidade, pois ele nos deixa claro que para que se haja a aceitação é necessário que o autor, o texto e o leitor, estejam em constante interação.

Aceitabilidade

Segundo o autor Luiz Carlos Travaglia e Ingodore Grunfeld Kock a aceitabilidade acontece quando duas pessoas estão conversando, ou seja, há um emissor e um receptor, eles procuram compreender um ao outro por meio da ativação dos seus conhecimentos e relacionando com o que lhe foi passado, para entender o sentido do texto. Já segundo os autores Dayane da Silva e Ednéia de Cássia Antônio dos Santos na aceitabilidade há uma relação entre a pessoa que escreve e a que lê, acontecendo entre eles uma cooperação de sentidos, pois o autor explora todos os elementos possíveis para dar coerência ao texto, fazendo com o que o leitor, através deles, ative os seus conhecimentos de mundo e estabeleça uma interpretação.

Dessa forma a aceitabilidade constitui a parte oposta da intencionalidade, pois enquanto a primeira é a ação do emissor em passar para o receptor um texto de acordo com a sua intenção e objetivos. A aceitabilidade é a ação do receptor em associar ao que está sendo lido alguma coerência e interpretá-lo da forma que achar adequada.

Comunicabilidade

Comunicabilidade acontece quando uma mensagem é transferida de forma integral, correta, rápida e economicamente. Essa transmissão integral significa que não há ruídos supressivos, deformantes ou concorrentes.

Na transmissão correta há coerência entre a mensagem mandada pelo emissor e pelo receptor. A rapidez supõe que a mensagem seja transmitida de maneira curta sem prolongação e a economia quer dizer transmitir a mensagem da forma mais objetiva possível sem retornos e sem esforços para compreender o que foi dito. Pode-se falar numa comunicabilidade de código e de discurso.

Situacionalidade

A situacionalidade que tem função de adequar um texto a uma situação, ao contexto. Recebe-se que uma situação define e conduz o sentido do discurso, na produção quanto na sua interpretação, por isso que às vezes mesmo um texto com baixa coesão, e pouco claro pode funcionar melhor em uma situação do que outro que seja mais completo.

Uma característica da situacionalidade é que o texto vai ser diretamente interferido na situação, da mesma forma este terá reflexo sobre toda situação, pois o texto não é um simples reflexo do mundo real. O homem deve ser apenas um mediador, com suas próprias ideias e crenças recriando a situação, dessa forma uma situação nunca será descrita da mesma forma por duas pessoas, sempre terá diferença.



Considerado como outro fator responsável pela coerência textual a situacionalidade, pode ser encontrado em duas situações:

A) Da Situação Para O Texto

No primeiro caso ao construir um texto é importante observar o que é adequado para aquela situação, a exemplo: formalidade, variedade dialetal, ou seja, o dialeto ou linguagem daquela localidade ou região, então trata-se de determinar em que medida a situação comunicativa interfere na produção e recepção do texto. Deve ser então restrita a comunicação para que haja o melhor entendimento do interlocutor.

B) Do Texto Para A Situação

Já no segundo caso o texto também apresenta reflexos importantes sobre a situação comunicativa; sendo que dessa vez será do texto para a situação.

Jamais o mundo real será idêntico ao mundo textual, o produtor cria o mundo de acordo com seus pontos de vistas, seus objetivos, propósitos, etc., portanto o texto não é uma cópia fiel do mundo real, mas sim o mundo tal como ele é visto pelo produtor. Por isso que quando pessoas descrevem o mesmo fato nunca sai com depoimentos iguais.

A Situacionalidade Pode Ser Considerada Em Duas Direções:

Da situação para o texto; refere-se ao conjunto de fatores que tornam um texto relevante para uma situação comunicativa podendo ou não ser construída.

Trata-se, de determinar em que medida a situação comunicativa, tanto o contexto imediato da interação, ou seja o entorno sócio-político-cultural em que a interação está inserida na produção do texto, determinando assim os termos a serem escolhidos na construção do texto como por exemplo, grau de formalidade, regras de polidez, variedade, linguística e o tratamento a ser dado ao tema.

Do texto para a situação: o mundo textual não é idêntico ao mundo real, por isso ao construir um texto, o produtor reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos e propósitos, demonstrando sua maneira de ver o mundo. O interlocutor interpreta o texto de acordo com seus propósitos e perspectivas, por isso há sempre uma intermediação entre o mundo real e o mundo intertextual.

Comunicabilidade

A comunicabilidade é a qualidade da comunicação otimizada, na qual a mensagem devia ser transmitida com clareza, integralidade, rapidez e economia, podendo ser oral ou escrita. A rapidez supõe que se é transmitida pela via, mas curta, a economia presume que não são necessários retornos, esforços para decifrar e compreender, clareza é a eficiência e pureza que a mensagem é transmitida, integralidade supõe que não há ruídos supressivos deformantes ou concorrentes.

Acessibilidade

Comunicação escrita que visualiza a passagem e melhor acesso de informações, se utilizando do auxílio de medidas como:

Segmentação textual: Na segmentação textual temos como objetivo dar ordem ao texto para que dele possa ser naturalmente extraído as informações, passando melhor acessibilidade. Algumas dessas ferramentas usadas para que haja a segmentação é a pontuação, assim como a:

- Pontuação sintagmática, que inclui o ponto, dois pontos, ponto e vírgula, vírgula, buscando separar ou agrupar conteúdos de acordo com as informações contidas no texto. Essas pontuações vão organizar o texto em unidades, podendo-se também acrescentar o parágrafo como um sinal sintagmático.
- Pontuação polifônica: inclui sinais como as aspas, os travessões e os parênteses. Podem também assumir essa mesma função de construção de unidades textuais:

Se os parênteses e os travessões permitem fazer ouvir “outras vozes”, essas vozes são muitas vezes comentários ou pontos de vista do produtor do texto, textualmente organizadas como subunidades e dotadas de valores argumentativos geralmente específicos, como valores de explicação ou justificação, de exemplificação ou de particularização. Em conclusão, podemos assumir que a pontuação assume claramente uma função de organização textual.

-Unidade temática das partes:

Temática é o assunto central sobre qual é tratado o texto.

O propósito é manter o tema e torna-lo mais explícito sem que haja uma fuga da ideia.

Audibilidade

Como também na pronunciabilidade que é realizada por meio da elocução a audibilidade também depende da mesma orientada a audição. Este tipo de comunicabilidade é utilizada pelo rádio.

Legibilidade

A legibilidade é a qualidade da comunicação escrita destinada a leitura, para que a legibilidade faça sentido é necessário que a escrita esteja coreta e no caso da escrita a mão com letras legíveis, essa comunicação é comum nas editoras de jornais e revistas.

Gêneros Discursivos

Um exercício com gêneros discursivos que desenvolva um trabalho no interior do texto, levando em consideração as suas condições de produção, será capaz de proporcionar posicionamento na discursividade em que o aluno se inclui, partindo, evidentemente, da ação individual para a ação social — de uma interpretação até uma mobilização.

Chegando a tais proporções, a língua transposta, apesar de ainda sofrer ressonâncias de sua origem, torna-se uma espécie de imagem da língua estrangeira, com existência e materialidade. A presença efetiva dessa língua-imagem no ambiente escolar pode alterar mais do que a relação do sujeito com a língua, porque, da nossa posição, o que há não é o relacionamento sujeito—língua e sim a pertença destes entes. Perturbar ou até cindir a própria língua seria então, atuar diretamente com estes sujeitos aprendizes. Ainda que redundante, cita-se aqui a presença do termo com hífen em alguns trabalhos “sujeito-falante” para designar essa inerência.

A partir da frase “La lengua no pertenece”, de Jacques Derrida, Cassin reflete:

[...] cuando ustedes la hablan (la lengua), pertenecen a ella tanto como ella les pertenece a ustedes. Dentro de ella, siempre es posible inventar, pero en el fondo, a través de ustedes, gracias a ustedes, es ella la que no deja de inventarse. No son ustedes los que la poseen, es ella la que los obliga y los hace a ustedes.

Aqui, permite-se fazer uma alusão dessa explicação didática de Cassin com as duas ilusões que se originaram nas formulações que Pêcheux havia feito no principiar da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, das quais este trabalho traz interpretadas por Eni Orlandi — a primeira: “a ilusão de o sujeito ser fonte de seu discurso”; e a segunda: “a ilusão da realidade do seu pensamento”, isto é, “o que eu disse só pode significar X”.

Cotejando essas duas observações, tem-se que uma falsa aparência de posse e criatividade na língua, a que todos são assujeitados, repercute nos ideais de que alguém é sempre fonte de discursos, num sentido que seria sempre do individual para o coletivo, quando na verdade ocorre o contrário — a sociedade, ideológica e historicamente, constrói a língua, que constrói, por sua vez, os sujeitos que a usam.

Voltando ao texto de Cassin, a autora começa a organizá-lo para uma crítica ao ensino de línguas que acredita “possuir a língua”, métodos comunicativos que criam enunciados e se deixam criar, sem buscar a língua em sua natureza, em sua autenticidade: “rara vez se enseña a escuchar la lengua en sus textos y en sus poemas. Entonces, de alguna manera, no la van a tener en el oído, o en el cuerpo, o no van a disfrutar de ella de manera auténtica.”

Da perspectiva lacaniana, segundo Nasio, essa não pertença da língua pelo sujeito que nela se inscreve, representa uma inversão no processo da aprendizagem. O movimento cujo causador era esse sujeito, passa a ser o outro. Aqui, é o estrangeiro quem transformará o aprendiz.

Examinando, como exemplo desta contraversão, a relação de um sujeito com o discurso do outro, vê-se que, ao ouvir ou ler um discurso, o sujeito não é apenas agente de interpretação, injetor de sentidos; ele é tocado em sua sensibilidade, o discurso também lhe impõe sentidos. Por isso, discurso é “efeito de sentidos entre locutores”.

Nesse sentido, a linguística aplicada procura orientações para um ensino que se fundamente nestes materiais autênticos e isso se reflete nos materiais didáticos, que trazem sempre propostas a partir de textos, em sua maioria, produzidos em situação real. Uma proposta para trabalhar com gêneros textuais e discursivos não deve ser encarada como um simples pretexto para apresentar outro fim; como, em concordância às afirmações acima, diz Bruno, o gênero por si próprio é um todo significativo, de formas e conteúdo, a materialização do percurso histórico de grupos sociais.

Um Panorama Das Teorias Dos Gêneros Discursivos

O que Bakhtin chamava em seu “Marxismo e filosofia da linguagem”, de “gêneros linguísticos” e definia por “respeito ou adaptação às formas de discurso a que cada época produz”, mais tarde em sua “Estética da criação verbal”, seria o mote para um estudo em particular. Em um dos capítulos desta última obra, cujo próprio título é “Os gêneros do discurso”, a definição mais própria para gênero discursivo é “tipos relativamente estáveis de enunciados”, subjazidos pelas “práticas sociais”.

A princípio, Bakhtin traz uma reflexão a respeito da generalidade da linguagem na extensão dos mais diversos campos da atividade humana. Com essa extensão, Bakhtin lança luzes ao paradoxo linguístico do poder sobre a linguagem: quem cria e quem altera a língua, o indivíduo ou a totalidade social? Ele responde que todo enunciado é fundamentado por modelos que são determinados sempre da criação às mudanças por cada campo de utilização; ou seja, o social precede o individual.

Dada a pretensão de formar uma teoria sobre os gêneros discursivos, logo, inicia-se um processo de decomposição, que pretende organizar e compreender elementos composticionais, entendidos nas suas especificidades pelo contraste entre parcelas do objeto original. Bakhtin propõe a primeira divisão de gêneros primários e secundários.

Os primeiros são os simples, criados, sobretudo, nos diálogos cotidianos; seu caráter imediato provoca muitas variações na forma, um inconsciente desvio dos gêneros discursivos. Os secundários, por sua vez, são os complexos, criados por reelaboração e apropriação dos gêneros primários; pertencem, em sua maior parcela, à modalidade escrita.

Em progressão a este raciocínio, o autor reconhece a situação em que se produz um gênero discursivo como fator constitutivo do mesmo. A relação feita entre forma e “Direcionamento”, “endereçamento” e “destinatário” é o que revela esse aprofundamento do filósofo russo. Um estudo que teria dado início ao que a Análise do Discurso de linha francesa pormenorizaria nas formações imaginárias.

Para terminar sua discussão, Bakhtin chama a atenção aos estudos da linguagem, que devem sempre partir do texto, e ademais, deixa implícita a necessidade de se trabalhar com objetos autênticos, quando diz que um texto é “irreproduzível”.

No domínio acadêmico, Bakhtin aparece como peça central na teoria dos gêneros discursivos, por ter sido tanto o precursor em seus estudos para além do campo literário, como também, o que mais profundamente a detalhou. Mas o que fica bastante claro de sua obra é a fecundidade do campo em que se começava a trabalhar, e isto será demonstrado pelos seus sucessores.

A teoria mais próxima do presente trabalho (nos sentidos temporal e espacial) é a que Marcuschi elabora na Linguística de Texto. Bastante preocupado com o ensino-aprendizagem de línguas, Marcuschi continua didaticamente a decompor o que Bakhtin havia começado.

Por exemplo, enquanto Bakhtin desenvolve o conceito de “esferas ou campos da atividade humana” trazendo três exemplos: os “literários”, “do cotidiano” e “publicísticos”, Marcuschi sistematiza doze campos diferentes, aos quais (devido sua vertente teórica), define por “domínios discursivos”.

Desta forma, pensando na complexa constituição dos gêneros, Marcuschi propõe a organização de três categorias: o suporte, os tipos textuais (ou sequências tipológicas) e o domínio discursivo. O suporte é o espaço em que um gênero se realiza e pode, muitas vezes, alterar a funcionalidade de um gênero, isto é, a essência de sua identidade.

O suporte de uma notícia, por exemplo, pode ser uma página online ou a página de um jornal impresso, alcançando diferentes públicos e produzindo sentidos distintos. Portanto, para Marcuschi, a definição de um gênero tem por princípio sua função social e não sua forma (abstração).

Os tipos textuais, por sua vez, são organizações estritamente linguísticas, eles são “definidos por suas funções retóricas”. Faz parte desta categoria uma pequena porção de subcategorias: a narração, a argumentação, a exposição, a descrição e a injunção. Quanto ao domínio discursivo, categoria focada para a análise neste trabalho:

[...] não lidamos propriamente com textos e sim com formações históricas e sociais que originam os discursos. Eles ainda não se acham bem definidos e oferecem alguma resistência, mas seguramente, sua definição deveria ser na base de critérios etnográficos, antropológicos e sociológicos e históricos.

O que chamou a atenção para a escolha deste critério foi a possibilidade de relacioná-lo com as “formações históricas e sociais” trazida por Bakhtin e que a Análise do Discurso conceituaria nas “formações ideológicas”, conjunto (até mesmo contraditório) de ideologias que todo sujeito carrega no curso da História em que está inserido. Relacionam-se ambos os estudos, por meio da observação que Weber fizera sobre as “esferas sociais” (ou domínios discursivos), de que cada uma surge do conflito social no interior mesmo de uma dessas esferas.

Uma investigação da presença desses domínios discursivos pode dar luz à consciência das ideologias presentes em um campo social; objetivo que se tem com a análise do discurso escolar. Os domínios discursivos que Marcuschi traz são: instrucional (científico, acadêmico e educacional), jornalístico, religioso, da saúde, comercial, industrial, jurídico, publicitário, do lazer, interpessoal, militar e ficcional.

Gêneros Discursivos no PNLD 2015

Será observada neste item, a presença do tema gêneros discursivos: i. no Guia do PNLD de língua espanhola, documento oficial que expõe o processo de avaliação dos livros didáticos da disciplina; ii. nas duas obras aprovadas pelo Programa para o período de 2015 a 2017.

A princípio, o Guia do PNLD coloca os critérios de eliminação das obras de espanhol que foram inscritas para participar do Programa. Neste espaço, dá-se uma forte relevância ao trabalho com gêneros discursivos, mas em um discurso pouco explicativo e que aborda mais aspectos quantitativos que qualitativos: “Contempla variedade de gêneros do discurso, concretizados por meio de linguagem verbal, não verbal ou verbo-visual, caracterizadora de diferentes formas de expressão na língua estrangeira e na língua nacional”.

E mais adiante: “apresenta atividades complementares para o desenvolvimento tanto da compreensão como da produção em língua estrangeira, mantendo-se os critérios de diversidade de gêneros de discurso, suportes, contextos de circulação”.

Os termos variedade e diversidade, grifados nos excertos, poderiam ser um reflexo de uma preocupação em abordar pluralidades e multiplicidades da cultura de um povo, mas por outro lado, podem estar representando uma vinculação a um sistema produtivista que visa à quantidade. Uma forma de responder a esta questão é observando nas obras aprovadas por este edital. Os dois livros que serão analisados são: Enlaces e Cercanía Joven. Dedicam-se as próximas seções deste item, a uma descrição dos seus volumes.

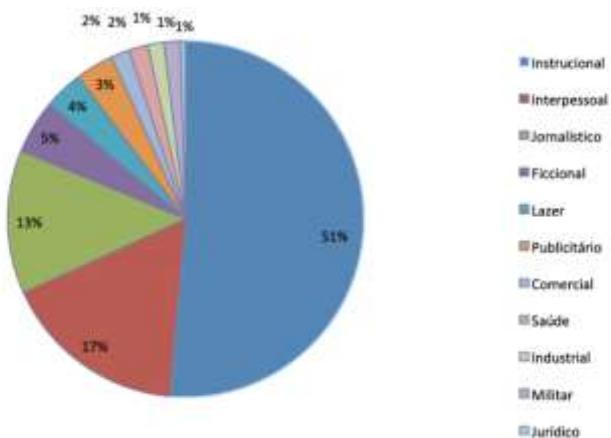
Enlaces

A coleção Enlaces é composta por três volumes com oito unidades em cada um. A cada duas unidades, há uma autoavaliação e revisão dos temas com questões em uma ou duas páginas. No final de cada volume, uma seção com exercícios para aprofundamento dos conteúdos, exercícios de vestibulares, propostas de práticas orais, glossário espanhol-português e tabela de verbos.

No tocante aos domínios discursivos, o gráfico abaixo (figura 1), fixa os domínios dos gêneros presentes nos três volumes da obra. Por ora, ainda não se distinguem exercícios de compreensão dos

de produção. O critério que embasou nossa coleta foi o potencial de cada gênero em produzir discursividades.

Figura 1: Gráfico da presença dos domínios discursivos



No primeiro capítulo do volume 1 do LD Enlaces, aparece o aproveitamento que o livro faz de conversas em ambiente escolar para que se apresentem aos alunos maneiras de se posicionarem diante do gênero Aula de língua estrangeira. Da forte presença dos gêneros no domínio instrucional, pode-se relatar que há em grande medida, uma organização das ideias trabalhadas.

São muitas as tabelas que auxiliam o aluno a separar temas diferentes, a relacionar discursos com seus efeitos de sentido, entre outras organizações preocupadas com a prática de ensino. Um exemplo é uma tarefa na qual o aluno deve marcar distinções entre dois artistas e deve fazê-lo assinalando em uma tabela, a quem se atribui cada característica.

Um questionamento bastante complexo, o qual não se tem a pretensão de resolver aqui, senão apenas lança-lo, é sobre os gêneros produzidos pelos avanços tecnológicos. O livro Enlaces, publicado em 2010 (ano de sua 1ª edição), traz conversas no programa Messenger (de maneira adequada, com a apresentação do contexto — condições de produção — e a transposição da tela — representação do suporte).

No entanto, nesta mesma época, este gênero começaria a passar pelo processo de substituição do seu suporte com a nova tecnologia do Facebook; levando em consequência a alteração também dos gêneros. Visto que estes produtos do avanço tecnológico são bastante instáveis — seja, como no exemplo dado, pela mudança de suporte, seja pelas novas práticas sociais, como isso deveria ser trabalhado?

Para tratar de um livro didático, primeiramente, dever-se-ia procurar saber se os gêneros propostos já fazem parte ou não dos saberes do público-alvo. No caso das tecnologias, acredita-se que sim, porque, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) 2005, os jovens entre 15 e 17 anos são os que mais acessam a internet e para aquele momento, já havia 35% desses que tinham um aparelho celular. Talvez fosse um dever, apenas, a preocupação com o uso crítico destes suportes e as possibilidades de usarem ali, espaços que ainda não estão ocupando.

Foi interessante perceber como o processamento de uma prática passa por: gêneros, domínios e modalidades diferentes, fato que caracteriza uma transposição de gêneros.

Isso ocorre, por exemplo, em uma atividade da página 24 do volume 1, na qual os alunos devem criar uma conversa entre um secretário de uma agência de turismos e um cliente — modalidade oral, domínio comercial — e, na sequência, preencher um formulário pessoal com os dados do cliente, modalidade escrita, domínio interpessoal.

A partir desta análise, observou-se um ponto negativo que consiste na frequente ocorrência de gêneros no domínio interpessoal que, em sua maioria, são apresentações pessoais. Tal reiteração pode fazer com que os alunos criem uma relação dessa prática social com o uso da língua espanhola, o que certamente, produzirá falhas na inscrição destes em comunidades hispânicas.

Por outro ângulo, apoiados no conceito de memória da Análise do discurso de linha francesa, quando se olha para a história do ensino de línguas estrangeiras vê-se que a abordagem comunicativa fazia um grande esforço para colocar os aprendizes em situação de comunicação, sendo as apresentações pessoais sempre o ponto inicial e, consequentemente, o mais presente nos livros didáticos deste período.

Como se sabe, toda produção na linguagem é feita a partir dos produtos que já existem; é o que se nota na teoria dos gêneros discursivos: o gênero é uma espécie de paradigma historicamente construído, que segue estável, tanto na forma como no conteúdo, por períodos mais ou menos extensos. O que pode estar acontecendo nas produções destes autores é, portanto, a manifestação de uma memória de discursividades no domínio interpessoal herdada da teoria comunicativa.

Como foi dito ao apresentar esta obra, ao final de cada volume desta coleção, são trazidos alguns exercícios de vestibulares. No entanto, o que chama atenção é a assiduidade de textos do domínio jornalístico nestas sessões. Mais que uma coincidência, esta ocorrência revela uma tendenciosa valorização de prestígio deste domínio com relação aos outros no que trata da competência dos conhecimentos, ou de outra perspectiva, do controle da verdade. Todavia, somente a análise de provas de vestibular em maior escala poderia confirmar este indício.

Em cima de uma análise mais detalhada, seria possível, por exemplo, questionar suas implicaturas sociais verificando hipóteses como: ao sobrepor o domínio jornalístico nos vestibulares está-se propondo uma correlação entre o discurso midiático e o conhecimento; o acesso às universidades tem relação diretamente proporcional com acesso aos textos circulados pela imprensa internacional; há investimento privado de alguma imprensa para órgãos que produzem vestibulares. No entanto, estas são meras provocações para alguém que queira realizar tal investigação. Para o momento, pode-se apenas afirmar que há formações ideológicas por detrás dessa materialidade discursiva com valorização do domínio jornalístico e tendenciosa associação deste com as avaliações; e ao trazer isso para o livro didático, a coleção corrobora com tal problemática.

No volume 2 desta coleção, apareceu algo interessante quanto ao que na teoria se nomeia como ‘desgenerização’. Para fins didáticos, observa-se que na página 12, foram utilizadas apresentações pessoais de profissionais com o objetivo de instruir os alunos sobre cada profissão. Com isto, o relato que normalmente seria classificado no domínio interpessoal, aqui, cumpre a função de orientação e, portanto, passa a ser classificado no domínio instrucional.

Uma questão que se mostrou importante foi a possibilidade de relações entre gêneros que ocorre no interior de uma categoria, como pode ser observado na página 167 do volume 2 desta coleção, na qual uma definição terminológica de um dicionário é contrastada com a de um especialista em entrevista de campo.

Dois gêneros discursivos do domínio instrucional, que deveriam significar verdades absolutas (segundo um pensamento positivista, ao qual este trabalho está em discordância), neste contexto, se apresentam em contraste. Um fator de potencial para a construção do conhecimento destes sujeitos-alunos e que poderia ser mais abordado.

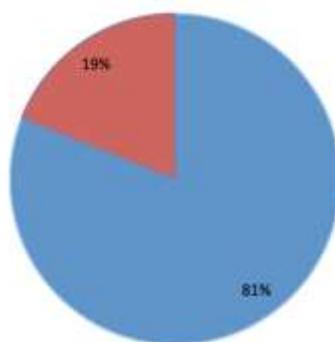
O Enlaces apresenta um acontecimento discursivo de muito interesse para as teorias dos gêneros que, no entanto, deixa de ser aproveitado. Trata-se de uma discursividade escrita no suporte de uma receita culinária, porém, com materialidade linguística figurativa, funcionalidade própria do estilo literário. O suporte nesse caso é mais um jogo artístico de chamariz para a recepção.

Faltou ao livro um trabalho sobre isto, uma vez que ele somente usa esse texto para um exercício de fixação das conjugações do modo imperativo.

Distanciando um pouco da análise puramente conteudista, volta-se a observar, mais uma vez, dados de princípio numérico. Os gráficos que serão apresentados abaixo (figura 2 e figura 3) foram elaborados com a finalidade de visualizar a particularidade do contraste entre atividades na modalidade escrita e na modalidade oral em gêneros discursivos e contraste entre atividades de produção e compreensão que a coleção apresenta.

Figura 2: Gráfico de atividades na modalidade escrita versus atividades na modalidade oral

■ Modalidade escrita ■ Modalidade oral

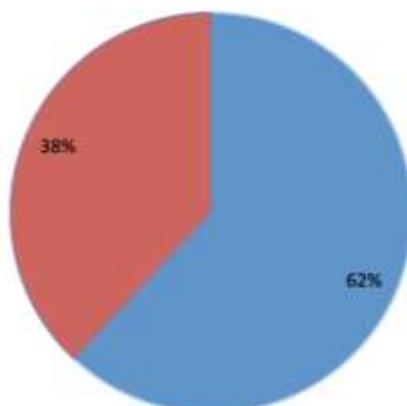


Antes de analisar os gráficos, destaca-se que para esta análise foi tomado como objeto de observação o volume 3 desta coleção, porque este surge com uma proposta maior de produções orais com relação aos dois outros volumes.

Porém, quase todas as propostas acontecem no domínio instrucional e, além disso, sem apresentação das características dos gêneros. Utiliza-se uma ou duas linhas para solicitar a produção oral, ficando também materializada a despreocupação com essa modalidade. Não se pode esperar um bom desenvolvimento da produção oral quando simplesmente se enuncia “discuta com seu colega”, ou então, “pergunte ao seu amigo sobre o que ele achou da atividade”.

Nos gráficos das figuras 2 e 3, nota-se esse grande apagamento das atividades na modalidade oral, bem como das atividades de produção, respectivamente. A hipótese para estes fatos recai novamente na instrumentalização da Escola para o sucesso nos exames vestibulares. Isso porque, além da redação “em português”, na maioria dos vestibulares, não há outro evento em que se peça uma produção escrita para os sujeitos. Quanto aos gêneros orais, a presença destes ainda parece utópica ao sistema de vestibulares atual.

■ Compreensão ■ Produção



Cercanía Joven

Na segunda coleção que se analisou neste trabalho, Cercanía Joven, uma primeira diferença em relação à coleção Enlaces refere-se à organização estrutural.

Composta por três unidades em cada volume, e dois capítulos em cada unidade, ao final de cada volume, são apresentados temas gramaticais, cifras de músicas para violão, um glossário e referências webs para aprofundamento nos conteúdos.

Seguindo o modelo usado no subitem anterior, apresentam-se agora as classificações gráficas das recorrências em domínios discursivos (figura 4); atividades de compreensão e produção (figura 5); atividades na modalidade oral e escrita (figura 6) presentes na coleção Cercanía Joven.

Para não se prolongar no texto, pede-se para que os leitores façam extensão das conclusões relacionadas às sobreposições de um dado ao outro como foi feita também no subitem anterior.

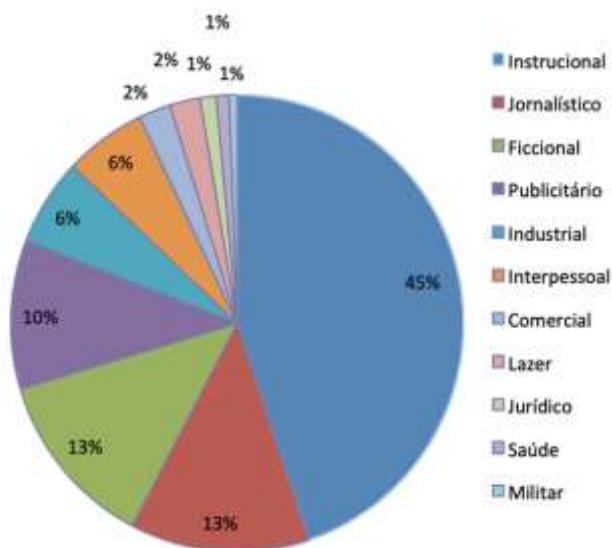
Em sua proposta, a coleção parece levar em conta o conceito de interdiscurso. Com o princípio de que um texto é sempre subsequente a outros já produzidos, e pressupõe a antecedência de outros textos, a coleção se orienta para uma habilitação dos sujeitos às compreensões e produções de gêneros.

Como modelo, vê-se já no capítulo 1, gêneros instrucionais como verbete, biografia e tabela antecipam um gênero artístico.

O conhecimento adquirido nos gêneros iniciais exerce correlação ao conhecimento do gênero em que termina a atividade; os primeiros auxiliam na interpretação do último.

A sequência proposta organiza um caminho proveitoso quando salienta a importância de um gênero artístico dentro de um trabalho com linguagem.

Figura 4: Gráfico da presença dos domínios discursivos



Outro dado observado nesta coleção é a valorização do gênero rascunho. Por ser uma discursividade produzida e destinada ao mesmo sujeito, há na formação imaginária do interlocutor, o que pode produzir um descomprometimento na produção deste gênero.

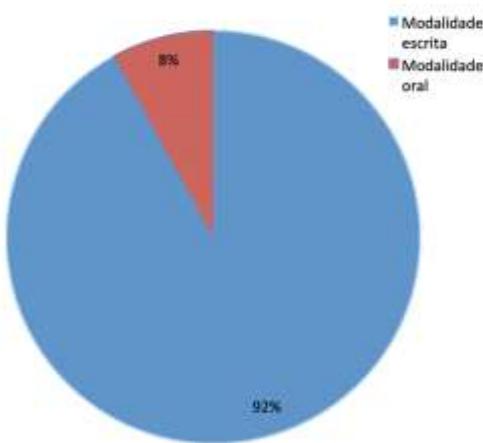
No entanto, dentro do discurso, este é um gênero que certamente antecede outro, e sua reflexão interfere na reflexão deste outro. Observa-se, na página 22 do volume 1, o pedido da produção de um rascunho, no qual o sujeito deve preparar-se para escrever um endereço em um postal.

Há relevância nesta produção quando se pensa que um endereço é sempre uma informação bastante precisa e um dígito errado em um objeto emitido, muitas vezes, causa total confusão no processamento deste.

Conforme Bakhtin, a ideia de que uma ideologia é sempre a base de um discurso, em muitos gêneros, ocorrem situações nas quais a força da função ideológica desloca o seu domínio, e isto parece ser percebido quando se atenta para as condições de produção do evento social.

Nesta coleção, tem-se um exemplo na página 47 do volume 1, quando informações sobre o trabalho de diferentes profissionais poderiam ser classificadas, objetivamente, como definições do domínio instrucional, mas, como foi visto, a função pensada a partir da situação escolar remete mais propriamente ao domínio industrial: são instruções sim, mas para a formação de um sujeito profissional. Algo bastante parecido com o que ocorreu na análise do relato que servia de instrução na coleção *Enlaces*.

Figura 5: Gráfico de atividades na modalidade escrita versus atividades na modalidade oral



Um trabalho que chama atenção nesta coleção ocorre nas atividades em que o ambiente da produção em gênero discursivo está relacionado ao ambiente de vida dos sujeitos-alunos. Trata-se da ação social a partir de produções em gêneros discursivos.

De toda a simulação que existe no processo da transposição didática, com a principal finalidade de ensino, o livro mostra que é possível também que os jovens já ajam sócio-politicamente nos seus entornos comunitários. Em uma das tarefas, por exemplo, os alunos divulgam, com folhetos produzidos por eles, possibilidades de turismo em sua cidade.

Na página 83 do volume 1 desta coleção, notou-se um problema com a explicitação de um estereótipo que os autores do livro têm sobre os alunos brasileiros. A cultura do futebol faz parte do gosto de muitas pessoas neste país — inferência esta possível de ser feita por meio da valorização que a mídia dá ao esporte — e ela acaba por ser um ponto de estereotipização do brasileiro.

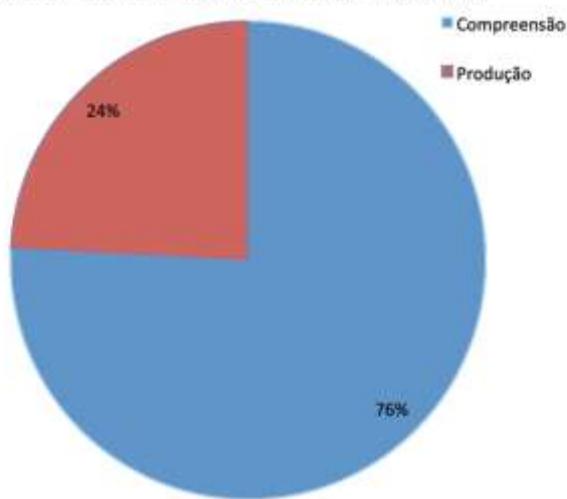
Com isso, nas formações imaginárias que se destinam a interlocutores brasileiros, muitas vezes, tem-se a ideia de que são eles amantes do futebol. O que é uma rotulação que precisaria ser desnaturalizada. Outro esteriótipo apresentado é com relação a um modelo de família, colocado com o exemplo de uma árvore genealógica na página 141 do volume 1 desta coleção.

Quanto ao trabalho com a oralidade, o livro traz, raras vezes, algumas produções em gêneros discursivos nesta modalidade, porém, sistematizadas. No entanto, as produções estão muito mais próximas ao que já fazem esses sujeitos, como um convite a um amigo para irem a um evento, não visando, portanto, ao deslocamento para novos lugares e novas posições sociais.

Como bem observou Marcuschi, da distinção entre gênero e suporte, uma revista se classifica nos parâmetros deste último, por ser um espaço em que se encontram diversos gêneros discursivos. O volume 2 da presente coleção apresenta nas páginas 62 e 63, a proposta da produção de uma revista, com capa, índice, apresentação, e sinopses de obras artísticas, mas a chama de catálogo.

Ainda que o próprio Marcuschi tenha dito que há divergências entre autores quanto às definições de suportes, parece mesmo o livro Cercanía Joven neste ponto traz um equívoco, quando chama esta tarefa de produção de um catálogo, porque diferente do que propõe o livro didático, um catálogo se classifica como um gênero discursivo, sendo uma lista ou relação de uma ou mais espécies quaisquer de coisas com a finalidade de consulta.

Figura 6: Gráfico de atividades de produção versus de compreensão



O domínio publicitário todo o tempo serve de mote para muitas polêmicas por estar relacionado a qualquer campo social, e com peso expressivo no âmbito educacional. De fato, acredita-se que a presença de publicidades nos livros didáticos suscitaria repercussões prejudiciais para o fortalecimento de uma indústria do consumo.

Relembrando o que já foi dito da não-relação entre qualidade e quantidade, o fato desse livro apresentar uma quantidade expressiva de gêneros discursivos do domínio publicitário não revela uma exaltação do consumo, porque a publicidade não é apenas comercial, é também de conscientização e manifestação social. Todos os volumes das duas coleções didáticas apresentaram uma maior presença de gêneros discursivos neste contexto positivo.

Dos gêneros discursivos do domínio ficcional, chamam atenção os trabalhos com a produção oral. Gêneros como lenda e poema são abordados de forma oral, tal como surgiram. Em um projeto de produção em gêneros discursivos, por exemplo, é pedida a realização de um sarau na escola, no qual os alunos recitarão poemas de suas próprias autorias. Um evento como o sarau acrescenta valores à oralidade e, consequentemente, dá nova dimensão a esta modalidade de uso da língua.

Todos os volumes dessa coleção didática apresentam uma mais forte manifestação de gêneros no domínio instrucional com relação ao que se esperaria de um livro didático, e isso teria acontecido devido aos momentos forçosos de sistematizações metalinguísticas, sobretudo com tabelas. Por um lado, de fato, os autores devem ter percebido o equívoco e decidido por colocarem uma boa parte destas “instruções” em uma divisão no fim de cada volume a que chamaram chuleta linguística (o que mais se aproxima da tradução em português seria cola linguística).

Tipologias e Gêneros Textuais

Tipologia Textual

1. Narração

Modalidade em que um narrador, participante ou não, conta um fato, real ou fictício, que ocorreu num determinado tempo e lugar, envolvendo certos personagens. Refere-se a objetos do mundo real. Há uma relação de anterioridade e posterioridade. O tempo verbal predominante é o passado. Estamos cercados de narrações desde as que nos contam histórias infantis até às piadas do cotidiano. É o tipo predominante nos gêneros: conto, fábula, crônica, romance, novela, depoimento, piada, relato, etc.

2. Descrição

Um texto em que se faz um retrato por escrito de um lugar, uma pessoa, um animal ou um objeto. A classe de palavras mais utilizada nessa produção é o adjetivo, pela sua função caracterizadora. Numa abordagem mais abstrata, pode-se até descrever sensações ou sentimentos. Não há relação de anterioridade e posterioridade. Significa "criar" com palavras a imagem do objeto descrito. É fazer uma descrição minuciosa do objeto ou da personagem a que o texto se Pega. É um tipo textual que se agrupa facilmente aos outros tipos em diversos gêneros textuais. Tem predominância em gêneros como: cardápio, folheto turístico, anúncio classificado, etc.

3. Dissertação

Dissertar é o mesmo que desenvolver ou explicar um assunto, discorrer sobre ele. Dependendo do objetivo do autor, pode ter caráter expositivo ou argumentativo.

3.1 Dissertação-Exposição

Apresenta um saber já construído e legitimado, ou um saber teórico. Apresenta informações sobre assuntos, expõe, reflete, explica e avalia ideias de modo objetivo. O texto expositivo apenas expõe ideias sobre um determinado assunto. A intenção é informar, esclarecer. Ex: aula, resumo, textos científicos, enciclopédia, textos expositivos de revistas e jornais, etc.

3.1 Dissertação-Argumentação

Um texto dissertativo-argumentativo faz a defesa de ideias ou um ponto de vista do autor. O texto, além de explicar, também persuade o interlocutor, objetivando convencê-lo de algo. Caracteriza-se pela progressão lógica de ideias. Geralmente utiliza linguagem denotativa. É tipo predominante em: sermão, ensaio, monografia, dissertação, tese, ensaio, manifesto, crítica, editorial de jornais e revis- tas.

4. Injunção / Instrucional

Indica como realizar uma ação. Utiliza linguagem objetiva e simples. Os verbos são, na sua maioria, empregados no modo imperativo, porém nota-se também o uso do infinitivo e o uso do futuro do pre- sente do modo indicativo. Ex: ordens; pedidos; súplica; desejo; manuais e instruções para montagem ou uso de aparelhos e instrumentos; textos com regras de comportamento; textos de orientação (ex: recomendações de trânsito); receitas, cartões com votos e desejos (de natal, aniversário, etc.).

OBS1: Muitos estudiosos do assunto listam apenas os tipos acima. Alguns outros consideram que existe também o tipo predição.

5. Predição

Caracterizado por predizer algo ou levar o interlocutor a crer em alguma coisa, a qual ainda está por ocorrer. É o tipo predominante nos gêneros: previsões astrológicas, previsões meteorológicas, previsões escatológicas/apocalípticas.

OBS2: Alguns estudiosos listam também o tipo Dialogal, ou Conversacional. Entretanto, esse nada mais é que o tipo narrativo aplicado em certos contextos, pois toda conversação envolve personagens, um momento temporal (não necessariamente explícito), um espaço (real ou virtual), um enredo (assunto da conversa) e um narrador, aquele que relata a conversa.

Dialogal / Conversacional

Caracteriza-se pelo diálogo entre os interlocutores. É o tipo predominante nos gêneros: entrevista, conversa telefônica, chat, etc.

Gêneros textuais

Os Gêneros textuais são as estruturas com que se compõem os textos, sejam eles orais ou escritos. Essas estruturas são socialmente reconhecidas, pois se mantêm sempre muito parecidas, com características comuns, procuram atingir intenções comunicativas semelhantes e ocorrem em situações específicas. Pode-se dizer que se tratam das variadas formas de linguagem que circulam em nossa sociedade, sejam eles formais ou informais. Cada gênero textual tem seu estilo próprio, podendo então, ser identificado e diferenciado dos demais através de suas características. Exemplos:

Carta: quando se trata de "carta aberta" ou "carta ao leitor", tende a ser do tipo dissertativo-argumentativo com uma linguagem formal, em que se escreve à sociedade ou a leitores. Quando se trata de "carta pessoal", a presença de aspectos narrativos ou descritivos e uma linguagem pessoal é mais comum. No caso da "carta denúncia", em que há o relato de um fato que o autor sente necessidade de o expor ao público, os tipos narrativos e dissertativo-expositivo são mais utilizados.

Propaganda: é um gênero textual dissertativo-expositivo onde há o intuito de propagar informações sobre algo, buscando sempre atingir e influenciar o leitor apresentando, na maioria das vezes, mensagens que despertam as emoções e a sensibilidade do mesmo.

Bula de remédio: trata-se de um gênero textual descritivo, dissertativo-expositivo e injuntivo que tem por obrigação fornecer as informações necessárias para o correto uso do medicamento.

Receita: é um gênero textual descritivo e injuntivo que tem por objetivo informar a fórmula para preparar tal comida, descrevendo os ingredientes e o preparo destes, além disso, com verbos no imperativo, dado o sentido de ordem, para que o leitor siga corretamente as instruções.

Tutorial: é um gênero injuntivo que consiste num guia que tem por finalidade explicar ao leitor, passo a passo e de maneira simplificada, como fazer algo.

Editorial: é um gênero textual dissertativo-argumentativo que expressa o posicionamento da empresa sobre determinado assunto, sem a obrigação da presença da objetividade.

Notícia: podemos perfeitamente identificar características narrativas, o fato ocorrido que se deu em um determinado momento e em um determinado lugar, envolvendo determinadas personagens. Características do lugar, bem como dos personagens envolvidos são, muitas vezes, minuciosamente descritos.

Reportagem: é um gênero textual jornalístico de caráter dissertativo-expositivo. A reportagem tem, por objetivo, informar e levar os fatos ao leitor de uma maneira clara, com linguagem direta.

Entrevista: é um gênero textual fundamentalmente dialogal, representado pela conversação de duas ou mais pessoas, o entrevistador e o(s) entrevistado(s), para obter informações sobre ou do entrevistado, ou de algum outro assunto. Geralmente envolve também aspectos dissertativo-expositivos, especialmente quando se trata de entrevista a imprensa ou entrevista jornalística. Mas pode também envolver aspectos narrativos, como na entrevista de emprego, ou aspectos descritivos, como na entrevista médica.

História em quadrinhos: é um gênero narrativo que consiste em enredos contados em pequenos quadros através de diálogos diretos entre seus personagens, gerando uma espécie de conversação.

Charge: é um gênero textual narrativo onde se faz uma espécie de ilustração cômica, através de caricaturas, com o objetivo de realizar uma sátira, crítica ou comentário sobre algum acontecimento atual, em sua grande maioria.

Poema: trabalho elaborado e estruturado em versos. Além dos versos, pode ser estruturado em estrofes. Rimas e métrica também podem fazer parte de sua composição. Pode ou não ser poético. Dependendo de sua estrutura, pode receber classificações específicas, como haicai, soneto, epopeia, poema figurado, dramático, etc. Em geral, a presença de aspectos narrativos e descritivos são mais frequentes neste gênero. Importante também é a distinção entre poema e poesia. Poesia é o conteúdo capaz de transmitir emoções por meio de uma linguagem, ou seja, tudo o que toca e comove pode ser considerado como poético. Assim, quando aplica-se a poesia ao gênero <poema>, resulta-se em um poema poético, quando aplicada à prosa, resulta-se na prosa poética (até mesmo uma peça ou um filme podem ser assim considerados).

Canção: possui muitas semelhanças com o gênero poema, como a estruturação em estrofes e as rimas. Ao contrário do poema, costuma apresentar em sua estrutura um refrão, parte da letra que se repete ao longo do texto, e quase sempre tem uma interação direta com os instrumentos musicais. A tipologia narrativa tem prevalêncianeste caso.

Adivinha: é um gênero cômico, o qual consiste em perguntas cujas respostas exigem algum nível de engenhosidade. Predominantemente dialogal.

Anais: um registro da história resumido, estruturado ano a ano. Atualmente, é utilizado para publicações científicas ou artísticas que ocorram de modo periódico, não necessariamente a cada ano. Possui caráter fundamentalmente dissertativo.

Anúncio publicitário: utiliza linguagem apelativa para persuadir o público a desejar aquilo que é oferecido pelo anúncio. Por meio do uso criativo das imagens e da linguagem, consegue utilizar todas as tipologias textuais com facilidade.

Boletos, faturas, carnês: predomina o tipo descrição nestes casos, relacionados a informações de um indivíduo ou empresa. O tipo injuntivo também se manifesta, através da orientação que cada um traz.

Profecia: em geral, estão em um contexto religioso, e tratam de eventos que podem ocorrer no futuro da época do autor. A predominância é a do tipo pre ditivo, havendo também características dos tipos narrativo e descritivo.

Gêneros literários:

Gênero Narrativo:

Na Antiguidade Clássica, os padrões literários reconhecidos eram apenas o épico, o lírico e o dramático. Com o passar dos anos, o gênero épico passou a ser considerado apenas uma variante do gênero literário narrativo, devido ao surgimento de concepções de prosa com características diferentes:

o romance, a novela, o conto, a crônica, a fábula. Porém, praticamente todas as obras narrativas possuem elementos estruturais e estilísticos em comum e devem responder a questionamentos, como: quem? o que? quando? onde? por quê? Vejamos a seguir:

Épico (ou Epopeia): os textos épicos são geralmente longos e narram histórias de um povo ou de uma nação, envolvem aventuras, guerras, viagens, gestos heroicos, etc. Normalmente apresentam um tom de exaltação, isto é, de valorização de seus heróis e seus feitos. Dois exemplos são Os Lusíadas, de Luís de Camões, e Odisséia, de Homero.

Romance: é um texto completo, com tempo, espaço e personagens bem definidos e de caráter mais verossímil. Também conta as façanhas de um herói, mas principalmente uma história de amor vivida por ele e uma mulher, muitas vezes, “proibida” para ele. Apesar dos obstáculos que o separam, o casal vive sua paixão proibida, física, adultera, pecaminosa e, por isso, costuma ser punido no final. É o tipo de narrativa mais comum na Idade Média. Ex: Tristão e Isolda.

Novela: é um texto caracterizado por ser intermediário entre a longevidade do romance e a brevidade do conto. Como exemplos de novelas, podem ser citadas as obras O Alienista, de Machado de Assis, e A Metamorfose, de Kafka.

Conto: é um texto narrativo breve, e de ficção, geralmente em prosa, que conta situações rotineiras, anedotas e até folclore. Inicialmente, fazia parte da literatura oral. Boccacio foi o primeiro a reproduzi-lo de forma escrita com a publicação de Decamerão. Diversos tipos do gênero textual conto surgiram na tipologia textual narrativa: conto de fadas, que envolve personagens do mundo da fantasia; contos de aventura, que envolvem personagens em um contexto mais próximo da realidade; contos folclóricos (conto popular); contos de terror ou assombração, que se desenrolam em um contexto sombrio e objetivam causar medo no expectador; contos de mistério, que envolvem o suspense e a solução de um mistério.

Fábula: é um texto de caráter fantástico que busca ser inverossímil. As personagens principais são não humanos e a finalidade é transmitir alguma lição de moral.

Crônica: é uma narrativa informal, breve, ligada à vida cotidiana, com linguagem coloquial. Pode ter um tom humorístico ou um toque de crítica indireta, especialmente, quando aparece em seção ou artigo de jornal, revistas e programas da TV..

Crônica narrativo-descritiva: Apresenta alternância entre os momentos narrativos e manifestos descritivos.

Ensaio: é um texto literário breve, situado entre o poético e o didático, expondo ideias, críticas e reflexões morais e filosóficas a respeito de certo tema. É menos formal e mais flexível que o tratado. Consiste também na defesa de um ponto de vista pessoal e subjetivo sobre um tema (humanístico, filosófico, político, social, cultural, moral, comportamental, etc.), sem que se paute em formalidades como documentos ou provas empíricas ou dedutivas de caráter científico. Exemplo: Ensaio sobre a tolerância, de John Locke.

Gênero Dramático:

Trata-se do texto escrito para ser encenado no teatro. Nesse tipo de texto, não há um narrador contando a história. Ela “acontece” no palco, ou seja, é representada por atores, que assumem os papéis das personagens nas cenas.

Tragédia: é a representação de um fato trágico, suscetível de provocar compaixão e terror. Aristóteles afirmava que a tragédia era “uma representação duma ação grave, de alguma extensão e completa, em linguagem figurada, com atores agindo, não narrando, inspirando dó e terror”. Ex: Romeu e Julieta, de Shakespeare.

Farsa: A farsa consiste no exagero do cômico, graças ao emprego de processos como o absurdo, as incongruências, os equívocos, a caricatura, o humor primário, as situações ridículas e, em especial, o engano.

Comédia: é a representação de um fato inspirado na vida e no sentimento comum, de riso fácil. Sua origem grega está ligada às festas populares.

Tragicomédia: modalidade em que se misturam elementos trágicos e cômicos. Originalmente, significava a mistura do real com o imaginário.

Poesia de cordel: texto tipicamente brasileiro em que se retrata, com forte apelo linguístico e cultural nordestinos, fatos diversos da sociedade e da realidade vivida por este povo.

Gênero Lírico:

É certo tipo de texto no qual um eu lírico (a voz que fala no poema e que nem sempre corresponde à do autor) exprime suas emoções, ideias e impressões em face do mundo exterior. Normalmente os pronomes e os verbos estão em 1ª pessoa e há o predomínio da função emotiva da linguagem.

Elegia: é um texto de exaltação à morte de alguém, sendo que a morte é elevada como o ponto máximo do texto. O emissor expressa tristeza, saudade, ciúme, decepção, desejo de morte. É um poema melancólico. Um bom exemplo é a peça Roan e yufa, de william shakespeare.

Epitalâmia: é um texto relativo às noites nupciais líricas, ou seja, noites românticas com poemas e cantigas. Um bom exemplo de epitalâmia é a peça Romeu e Julieta nas noites nupciais.

Ode (ou hino): é o poema lírico em que o emissor faz uma homenagem à pátria (e aos seus símbolos), às divindades, à mulher amada, ou a alguém ou algo importante para ele. O hino é uma ode com acompanhamento musical;

Idílio (ou écloga): é o poema lírico em que o emissor expressa uma homenagem à natureza, às belezas e às riquezas que ela dá ao homem. É o poema bucólico, ou seja, que expressa o desejo de desfrutar de tais belezas e riquezas ao lado da amada (pastora), que enriquece ainda mais a paisagem, espaço ideal para a paixão. A écloga é um idílio com diálogos (muito rara);

Sátira: é o poema lírico em que o emissor faz uma crítica a alguém ou a algo, em tom sério ou irônico.

Acalanto: ou canção de ninar;

Acróstico: (akros = extremidade; stikos = linha), composição lírica na qual as letras iniciais de cada verso formam uma palavra ou frase;

Balada: uma das mais primitivas manifestações poéticas, são cantigas de amigo (elegias) com ritmo característico e refrão vocal que se destinam à dança;

Canção (ou Cantiga, Trova): poema oral com acompanhamento musical;

Gazal (ou Gazel): poesia amorosa dos persas e árabes; odes do oriente médio;

Haicai: expressão japonesa que significa “versos cômicos” (=sátira). É o poema japonês formado de três versos que somam 17 sílabas assim distribuídas: 1º verso= 5 sílabas; 2º verso = 7 sílabas; 3º verso 5 sílabas;

Soneto: é um texto em poesia com 14 versos, dividido em dois quartetos e dois tercetos, com rima geralmente em a-ba-b a-b-b-a c-d-c d-c-d.

Vilancete: são as cantigas de autoria dos poetas vilões (cantigas de escárnio e de maldizer); satíricas, portanto.

Diferenças Entre Gêneros E Tipos Textuais

Gêneros e tipos textuais são dois conceitos distintos, embora ainda seja bastante comum a confusão entre esses elementos.

A compreensão e identificação dos gêneros textuais é um tema recorrente em concursos e vestibulares. Entretanto, existem também os chamados “tipos textuais”, que são comumente confundidos com os gêneros, induzindo inúmeros candidatos ao erro. As diferenças entre gêneros e tipos textuais existem e são bem importantes!

Gêneros e tipos textuais são elementos distintos, observe:

Tipos Textuais	Gêneros textuais
Os tipos textuais são caracterizados por propriedades linguísticas, como vocabulário, relações lógicas, tempos verbais, construções frasais etc.	Possuem função comunicativa e estão inseridos em um contexto cultural.
São eles: narração, argumentação, descrição, injunção (ordem) e exposição (que é o texto informativo).	Possuem um conjunto ilimitado de características, que são determinadas de acordo com o estilo do autor, conteúdo, composição e função.
Geralmente variam entre 5 e 9 tipos.	São infinitos os exemplos de gêneros: receita culinária, blog, e-mail, lista de compras, bula de remédios, telefonema, carta comercial, carta argumentativa etc.

Podemos afirmar que a tipologia textual está relacionada com a forma como um texto apresenta-se e é caracterizada pela presença de certos traços linguísticos predominantes. O gênero textual exerce funções sociais específicas, que são pressentidas e vivenciadas pelos usuários da língua. Mas você deve estar perguntando-se: “por que é importante saber a diferença entre gêneros e tipos textuais?”.

Saber as diferenças elencadas no quadro acima é fundamental para a correta distinção entre gêneros e tipos textuais, pois quando conhecemos as características de cada um desses elementos, fica muito mais fácil interpretar um texto. A interpretação está relacionada não apenas com a construção de sentidos, mas também com os diversos fatores inerentes à estruturação textual.

Você Sabe O Que São Tipos Textuais?

Podemos chamar de tipos textuais o conjunto de enunciados organizados em uma estrutura bem definida e facilmente identificada por suas características predominantes. O termo tipologia textual (outra nomenclatura possível) designa uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição, ou seja, está relacionado com questões estruturais da língua, determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas e tempo verbal. Objetivamente, dizemos que o tipo textual é a forma como o texto apresenta-se.

Podem variar entre cinco e nove tipos, contudo, os mais estudados e exigidos nas diferentes provas de vestibular e concursos no Brasil são a narração, a dissertação, a descrição, a injunção e a exposição. Veja as principais características de cada um deles:

► **Narração:** Sua principal característica é contar uma história, real ou não, geralmente situada em um tempo e espaço, com personagens, foco narrativo, clímax, desfecho, entre outros elementos. Os gêneros que se apropriam da estrutura narrativa são: contos, crônicas, fábulas, romance, biografias etc.

► **Dissertação:** Tipo de texto opinativo em que ideias são desenvolvidas por meio de estratégias argumentativas. Sua maior finalidade é conquistar a adesão do leitor aos argumentos apresentados. Os gêneros que se apropriam da estrutura dissertativa são: ensaio, carta argumentativa, dissertação, editorial etc.

► **Descrição:** Têm por objetivo descrever objetivamente coisas, pessoas ou situações. Os gêneros que se apropriam da estrutura descritiva são: laudo, relatório, ata, guia de viagem etc. Também podem ser encontrados em textos literários por meio da descrição subjetiva.

► **Injunção:** São textos que apresentam a finalidade de instruir e orientar o leitor, utilizando verbos no imperativo, no infinitivo ou presente do indicativo, sempre indeterminando o sujeito. Os gêneros que se apropriam da estrutura injuntiva são: manual de instruções, receitas culinárias, bulas, regulamentos, editais, códigos, leis etc.

► **Exposição:** O texto expositivo tem por finalidade apresentar informações sobre um objeto ou fato específico, enumerando suas características por meio de uma linguagem clara e concisa. Os gêneros que se apropriam da estrutura expositiva são: reportagem, resumo, fichamento, artigo científico, seminário etc.

Para que você conheça com detalhes cada um dos tipos textuais citados, o site de Português preparou uma seção sobre tipologia textual. Nela você encontrará vários artigos que têm como objetivo discutir as características que compõem a narração, a dissertação, a descrição, a injunção e a exposição, bem como apresentar as diferenças entre tipos e gêneros textuais. Esperamos que você aproveite o conteúdo disponibilizado e, principalmente, desejamos que todas as informações aqui encontradas possam transformar-se em conhecimento. Boa leitura e bons estudos!

Gêneros Textuais

Os gêneros textuais são um modo de classificar os textos. Veja a diferença entre gênero textual, literário e tipos de textos

Os textos, sejam eles escritos ou orais, embora sejam diferentes entre si, podem apresentar diversos pontos em comum. Quando eles apresentam um conjunto de características semelhantes, podem ser classificados em determinado gênero textual.

Dessa maneira, os gêneros textuais podem ser compreendidos como as diferentes formas de linguagem empregadas nos textos, configurando-se como manifestações socialmente reconhecidas que procuram alcançar intenções comunicativas semelhantes, exercendo funções sociais específicas.

Cada gênero textual tem o seu próprio estilo e pode ser diferenciado dos demais por meio das suas características. Algumas das características que determinam o gênero textual são o assunto, o papel dos interlocutores e a situação. Graças à sua natureza, torna-se impossível definir a quantidade de gêneros textuais existentes na língua portuguesa.

Gênero Textual, Tipo Textual E Gênero Literário

Antes de vermos mais detalhadamente alguns exemplos de gêneros textuais, é necessário abordar alguns conceitos a fim de evitar possíveis confusões. Vejamos a seguir:

Gênero literário – Os gêneros textuais abrangem todos os tipos de texto, ao contrário dos gêneros literários que, como o próprio nome já indica, aborda apenas os literários. O gênero literário é classificado de acordo com a sua forma, podendo ser do gênero dramático, lírico, épico, narrativo etc.

Tipo textual – É a forma como um texto se apresenta. Pode ser classificado como narrativo, argumentativo, dissertativo, descriptivo, informativo ou injuntivo.

Observe que, enquanto os tipos textuais variam entre 5 e 9 tipos, temos infinitos exemplos de gêneros textuais.

Os Gêneros Textuais

Os gêneros textuais são inúmeros e cada um deles possui o seu próprio estilo de escrita e de estrutura. Confira alguns deles a seguir:

- Conto maravilhoso;
- Conto de fadas;
- Fábula;
- Carta pessoal;
- Lenda;
- Telefonema;
- Poema;
- Narrativa de ficção científica;
- Romance;
- E-mail;
- Manual de instruções;
- Lista de compras;
- Edital;
- Conto;
- Piada;
- Relato;
- Relato de viagem;
- Diário;
- Autobiografia;
- Curriculum vitae;
- Notícia;
- Biografia;

- Relato histórico;
- Texto de opinião;
- Carta de leitor;
- Carta de solicitação;
- Editorial;
- Ensaio;
- Resenhas críticas;
- Seminário;
- Conferência;
- Palestra;
- Texto explicativo;
- Relatório científico;
- Receita culinária;
- Regulamento;

Vejamos alguns exemplos de gêneros textuais mais detalhadamente:

Carta

Na carta pessoal, é comum encontrarmos uma linguagem pessoal e a presença de aspectos narrativos ou descriptivos. Já a carta aberta, destinada à sociedade, tende a ser do tipo dissertativo-argumentativo.

Diário

É escrito em linguagem informal, consta a data e geralmente o destinatário é a própria pessoa que está escrevendo.

Notícia

Apresenta linguagem narrativa e descriptiva e o objetivo é informar algo que aconteceu.

Como já foi dito, os gêneros textuais são inúmeros e, por isso, seria impossível estudá-los ao mesmo tempo. Para produzir um bom texto em determinado gênero textual, é importante estudar as suas características e ler alguns exemplos.

Os gêneros e os tipos textuais estão intrinsecamente relacionados, o que torna difícil a dissociação entre as duas noções

Você já deve ter ouvido falar sobre gêneros e tipos textuais, certo? Mas será que você sabe como diferenciar essas duas noções?

Diferenciar gêneros e tipologias textuais não é tarefa fácil, contudo é importante que saibamos alguns aspectos que possam defini-los para, dessa forma, facilitar nossos estudos. Vamos então à análise:

Gêneros Textuais

Os gêneros textuais são aqueles que encontramos em nossa vida diária, inclusive em nossos momentos de interação verbal. Quando nos comunicamos verbalmente, fazemos, intuitivamente, uso de algum gênero textual.

Sendo assim, a língua, sob a perspectiva dos gêneros textuais, é compreendida por seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais. Os gêneros privilegiam a funcionalidade da língua, ou seja, a maneira como os falantes podem dela dispor, e não seus aspectos estruturais. São inúmeros os gêneros textuais utilizados em nossas ações sociocomunicativas:

- Telefonema
- Carta comercial
- Carta pessoal
- Poema
- Cardápio de restaurante
- Receita culinária
- Bula de remédio
- Bilhete
- Notícia de jornal
- Romance
- Edital de concurso
- Piada
- Carta eletrônica
- Formulário de inscrição
- Inquérito policial
- História em quadrinhos
- Entrevista
- Biografia
- Monografia
- Aviso
- Conto
- Obra teatral

É importante ressaltar que os gêneros textuais são passíveis de modificação, pois devem atender às situações comunicativas do cotidiano. Podemos destacar também que os gêneros atendem a necessidades específicas, que vão desde a elaboração do cardápio do restaurante à elaboração de um e-mail. Novos gêneros podem surgir (ou desaparecer) de acordo com a demanda linguística dos falantes.

Tipos Textuais

Os tipos textuais diferem dos gêneros textuais por serem limitados, abrangendo categorias conhecidas como:

- Narração
- Argumentação
- Exposição
- Descrição
- Injunção (imposição)

O termo Tipologia textual designa uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição, ou seja, está relacionado com questões estruturais da língua, determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas e tempo verbal.

Apesar dessa tentativa arbitrária de diferenciação entre gêneros e tipos textuais – o tema costuma provocar polêmica até mesmo entre linguistas –, é importante observar que essas duas noções estão intrinsecamente relacionadas. Um texto narrativo (tipo textual) poderá contar com elementos descritivos (gênero textual), e, para classificá-lo, a predominância de um elemento sobre o outro deve ser observada, pois um texto pode ser tipologicamente variado.

Os gêneros textuais são classificados conforme as características comuns que os textos apresentam em relação à linguagem e ao conteúdo.

Existem muitos gêneros textuais, os quais promovem uma interação entre os interlocutores (emissor e receptor) de determinado discurso.

São exemplos resenha crítica jornalística, publicidade, receita de bolo, menu do restaurante, bilhete ou lista de supermercado.

É importante considerar seu contexto, função e finalidade, pois o gênero textual pode conter mais de um tipo textual. Isso, por exemplo, quer dizer que uma receita de bolo apresenta a lista de ingredientes necessários (texto descritivo) e o modo de preparo (texto injuntivo).

Tipos De Gêneros Textuais

Cada texto possui uma linguagem e estrutura. Note que existem inúmeros gêneros textuais dentro das categorias tipológicas de texto. Em outras palavras, gêneros textuais são estruturas textuais peculiares que surgem dos tipos de textos: narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo.

Texto Narrativo

Os textos narrativos apresentam ações de personagens no tempo e no espaço. A estrutura da narração é dividida em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho.

Alguns exemplos de gêneros textuais narrativos:

- Romance
- Novela
- Crônica
- Contos de Fada
- Fábula
- Lendas

Texto Descritivo

Os textos descritivos se ocupam de relatar e expor determinada pessoa, objeto, lugar, acontecimento. Dessa forma, são textos repletos de adjetivos, os quais descrevem ou apresentam imagens a partir das percepções sensoriais do locutor (emissor).

São exemplos de gêneros textuais descritivos:

- Diário
- Relatos (viagens, históricos, etc.)
- Biografia e autobiografia
- Notícia
- Currículo
- Lista de compras
- Cardápio
- Anúncios de classificados

Texto Dissertativo-Argumentativo

Os textos dissertativos são aqueles encarregados de expor um tema ou assunto por meio de argumentações. São marcados pela defesa de um ponto de vista, ao mesmo tempo que tentam persuadir o leitor. Sua estrutura textual é dividida em três partes: tese (apresentação), antítese (desenvolvimento), nova tese (conclusão).

Exemplos de gêneros textuais dissertativos:

- Editorial Jornalístico
- Carta de opinião
- Resenha
- Artigo
- Ensaio
- Monografia, dissertação de mestrado e tese de doutorado

Texto Expositivo

Os textos expositivos possuem a função de expor determinada ideia, por meio de recursos como: definição, conceituação, informação, descrição e comparação.

Alguns exemplos de gêneros textuais expositivos:

- Seminários
- Palestras
- Conferências
- Entrevistas
- Trabalhos acadêmicos
- Enciclopédia
- Verbetes de dicionários

Texto Injuntivo

O texto injuntivo, também chamado de texto instrucional, é aquele que indica uma ordem, de modo que o locutor (emissor) objetiva orientar e persuadir o interlocutor (receptor). Por isso, apresentam, na maioria dos casos, verbos no imperativo.

Alguns exemplos de gêneros textuais injuntivos:

- Propaganda
- Receita culinária
- Bula de remédio
- Manual de instruções
- Regulamento
- Textos prescritivos

Conheça mais gêneros textuais:

- Anedota
- Blog
- Reportagem
- Charge
- Carta
- E-mail
- Declaração
- Memorando
- Bilhete
- Relatório
- Requerimento
- ATA
- Cartaz
- Cartum
- Procuração
- Atestado
- Circular
- Contrato

Tipologia Textual

Quando falamos em tipos de textos, normalmente nos limitamos a tripartição, sob o enfoque tradicional: Descrição, Narração e Dissertação. Vamos um pouco mais além no intuito de conhecer um pouco mais sobre este assunto.

Texto Descritivo

A descrição usa um tipo de texto em que se faz um retrato falado de uma pessoa, animal, objeto ou lugar. A classe de palavras mais utilizada nessa produção é o adjetivo, pela sua função caracterizadora, dando ao leitor uma grande riqueza de detalhes.

A descrição, ao contrário da narração, não supõe ação. É uma estrutura pictórica, em que os aspectos sensoriais predominam. Assim como o pintor capta o mundo exterior ou interior em suas telas, o autor de uma descrição focaliza cenas ou imagens, conforme o permita sua sensibilidade.

Quanto à descrição de pessoas, podemos atribuir-lhes características físicas ou psicológicas.

Texto Narrativo

Esta é uma modalidade textual em que se conta um fato, fictício ou real, ocorrido num determinado tempo e lugar, envolvendo certos personagens. Há uma relação de anterioridade e posterioridade. O tempo verbal predominante é o passado.

Em geral, a narrativa se desenvolve na prosa. O narrar surge da busca de transmitir, de comunicar qualquer acontecimento ou situação. A narração em primeira pessoa pressupõe a participação do narrador (narrador personagem) e em terceira pessoa mostra o que ele viu ou ouviu (narrador observador).

Na narração encontramos ainda os personagens (principais ou secundários), o espaço (cenário) e o tempo da narrativa.

Texto Dissertativo

Neste tipo de texto há posicionamentos pessoais e exposição de idéias. Tem por base a argumentação, apresentada de forma lógica e coerente a fim de defender um ponto de vista. Assim, a dissertação consiste na ordenação e exposição de um determinado assunto. É a nossa conhecida “redação” de cada dia. É a modalidade mais exigida nos concursos, já que exige dos candidatos um conhecimento de leitura do mundo, como também um bom domínio da norma culta.

Está estruturada basicamente assim:

1. Idéia principal (introdução)
2. Desenvolvimento (argumentos e aspectos que o tema envolve)
3. Conclusão (síntese da posição assumida)

Texto Expositivo

Apresenta informações sobre determinados assuntos, expondo idéias, explicando e avaliando. Como o próprio nome indica, ocorre em textos que se limitam a apresentar uma determinada situação. As exposições orais ou escritas entre professores e alunos numa sala de aula, os livros e as fontes de consulta, são exemplos maiores desta modalidade.

Texto Injuntivo

Este tipo de texto indica como realizar uma determinada ação. Ele normalmente pede, manda ou aconselha. Utiliza linguagem direta, objetiva e simples. Os verbos são, na sua maioria, empregados no modo imperativo.

Bons exemplos deste tipo de texto são as receitas de culinária, os manuais, receitas médicas, editais, etc.

Gêneros Textuais

Muitos confundem os tipos de texto com os gêneros. No primeiro, eles funcionam como modos de organização, sendo limitados. No segundo, são os chamados textos materializados, encontrados em nosso cotidiano. Eles são muitos, apresentando características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição conteúdo e canal.

Assim, quando se escreve um bilhete ou uma carta, quando se envia ou recebe um e-mail ou usamos o Orkut ou MSN, estamos utilizando diversos gêneros textuais.

Tipos Textuais

- Descrição
- Narração
- Dissertação
- Exposição
- Injunção

Gêneros Textuais

- Bilhete
- Carta pessoal, comercial
- Diário, agenda, anotações
- Romance
- Blog, e-mail, Orkut, MSN
- Aulas
- Reuniões
- Entrevistas
- Piadas
- Cardápio
- Horóscopo
- Telegrama, telefonema
- Lista de compras, etc.

Tipologia Textual: Conheça Os 5 Tipos Textuais e as Principais Características e Regras Gramaticais de Cada Tipo

Sempre cai nas provas o assunto “Tipologia textual” (Tipos textuais) mas muita gente confunde com “Gêneros Textuais” (gêneros discursivos).

Querem Dizer A Mesma Coisa?

Não.

Estas são duas classificações que recebem os textos que produzimos a longo de nossa vida, seja na forma oral ou escrita.

Sendo que a primeira leva em consideração **estruturas específicas** de cada tipo, ou seja, seguem regras gramaticais, algo mais formal.

Já a segunda preocupa-se não em classificar um texto por regras, mas sim levando em consideração a **finalidade do texto**; o papel dos interlocutores; a situação de comunicação. São inúmeros os gêneros textuais: Piada, conto, romance, texto de opinião, carta do leitor, notícia, biografia, seminário, palestras, etc.

O Que É Tipologia Textual?

Como dito anteriormente, são as classificações recebidas por um texto de acordo com as regras gramaticais, dependendo de suas características. São as classificações mais clássicas de um texto: A **narração**, a **descrição** e a **dissertação**. Hoje já se admite também a **exposição** e a **injunção**. Ao todo são 5 (cinco) tipos textuais.

Narração

Ao longo de nossa vida estamos sempre relatando algo que nos aconteceu ou aconteceu com outros, pois nosso dia-a-dia é feito de acontecimentos que necessitamos contar/relatar. Seja na forma escrita ou na oralidade, esta é a mais antiga das tipologias, vem desde os tempos das cavernas quando o homem registrava seus momentos através dos desenhos nas paredes.

Regra Gramatical Para Este Tipo De Texto (Narração):

Narrar é contar uma história que envolve personagens e acontecimentos. São apresentadas ações e personagens: O que aconteceu, com quem, como, onde e quando.

Segue a seguinte estrutura:

NARRAÇÃO/NARRAR (CONTAR)	Personagens (com quem/ quem vive a história – reais ou imaginários) Enredo (o que/ como – fatos reais ou imaginários) Espaço (onde? /quando?)
-----------------------------	---

Exemplo:

Minha Vida De Menina

Faço hoje quinze anos. Que aniversário triste! Vovó chamou-me cedo, ansiada como está, coitadinha e disse: "Sei que você vai ser sempre feliz, minha filhinha, e que nunca se esquecerá de sua avozinha que lhe quer tanto". As lágrimas lhe correram pelo rosto abaixo e eu larguei dos braços dela e vim desengasgar-me aqui no meu quarto, chorando escondida.

Como eu sofro de ver que mesmo na cama, penando com está, vovó não se esquece de mim e de meus deveres e que eu não fui o que deveria ter sido para ela! Mas juro por tudo, aqui nesta hora, que eu serei um anjo para ela e me dedicarei a esta avozinha tão boa e que me quer tanto.

Vou agora entrar no quarto paravê-la e já sei o que ela vai dizer: "Já estudou suas lições? Então vá se deitar, mas antes procure alguma coisa para comer. Vá com Deus". Helena Morley

Descrição

a intenção deste tipo de texto é que o interlocutor possa criar em sua mente uma imagem do que está sendo descrito. Podemos utilizar alguns recursos auxiliares da descrição. São eles:

A-) A enumeração:

Pela enumeração podemos fazer um "retrato do que está sendo descrito, pois dá uma ideia de ausência de ações dentro do texto.

B-) A comparação:

Quando não conseguimos encontrar palavras que descrevam com exatidão o que percebemos, podemos utilizar a comparação, pois este processo de comparação faz com que o leitor associe a imagem do que estamos descrevendo, já que desperta referências no leitor. Utilizamos comparações do tipo: o objeto tem a cor de ..., sua forma é como ..., tem um gosto que lembra ..., o cheiro parece com ..., etc.

C-) Os cinco sentidos:

Percebemos que até mesmo utilizando a comparação para poder descrever, estamos utilizando também os cinco sentidos: Audição, Visão, Olfato, Paladar, Tato como auxílio para criação desta imagem, proporcionando que o interlocutor visualize em sua mente o objeto, o local ou a pessoa descrita.

Por exemplo: Se você fosse descrever um momento de lazer com seus amigos numa praia. O que você perceberia na praia utilizando a sua visão (a cor do mar neste dia, a beleza das pessoas à sua volta, o colorido das roupas dos banhistas) e a sua audição (os sons produzidos pelas pessoas ao redor, por você e pelos seus amigos, pelos ambulantes). Não somente estes dois, você pode utilizar também os outros sentidos para caracterizar o objeto que você quer descrever.

Regra Gramatical Para Este Tipo De Texto (Descrição):

Descrever é apresentar as características principais de um objeto, lugar ou alguém.

Pode ser:

Objetiva: Predomina a descrição real do objeto, lugar ou pessoa descrita. Neste tipo de descrição não há a interferência da opinião de quem descreve, há a tendência de se privilegiar o que é visto, em detrimento do sujeito que vê.

Subjetiva: aparecem, neste tipo de descrição, as opiniões, sensações e sentimentos de quem descreve pressupondo que haja uma relação emocional de quem descreve com o que foi descrito.

Características Do Texto Descritivo

- - É um retrato verbal
- - Ausência de ação e relação de anterioridade ou posterioridade entre as frases
- - As classes gramaticais mais utilizadas são: substantivos, adjetivos e locuções adjetivas
- - Como na narração há a utilização da enumeração e comparação
- - Presença de verbos de ligação
- - Os verbos são flexionados no presente ou no pretérito (passado)
- - Emprego de orações coordenadas justapostas

A Estrutura Do Texto Descritivo

A descrição apresenta três passos básicos:

1- Introdução: apresentação do que se pretende descrever.

2- Desenvolvimento: caracterização subjetiva ou objetiva da descrição.

3- Conclusão: finalização da apresentação e caracterização de algo.

Exemplo:

Alguns dados sobre Rudy Steiner

“Ele era oito meses mais velho do que Liesel e tinha pernas ossudas, dentes afiado, olhos azuis esbugalhados e cabelos cor de limão. Como um dos seis filhos dos Steiner, estava sempre com fome. Na rua Himmel, era considerado meio maluco ...”

Dissertação

Podemos dizer que dissertar é falar sobre algo, sobre determinado assunto; é expor; é debater. Este tipo de texto apresenta a defesa de uma opinião, de um ponto de vista, predomina a apresentação detalhada de determinados temas e conhecimentos.

Para construção deste tipo de texto há a necessidade de conhecimentos prévios do assunto/tema tratado.

Regra Gramatical Para Esse Tipo De Texto (Dissertação):

Dissertar é expor os conhecimentos que se tem sobre um assunto ou defender um ponto de vista sobre um tema, por meio de argumentos.

Estrutura da dissertação

	EXPOSITIVA Predomínio da exposição, explicação	ARGUMENTATIVA Predomínio do uso de argumentos, visando o convencimento, à adesão do leitor.
Introdução	Apresentação do assunto sobre o qual se escreve (Apresentação da tese).	Apresentação do assunto sobre o qual se escreve (apresentação da tese) e do ponto de vista assumido em relação a ele.
Desenvolvimento	Exposição das informações e conhecimentos a respeito do assunto (é o momento da discussão da tese)	A fundamentação do ponto de vista e sua defesa com argumentos. (Defende-se a tese proposta)
Conclusão	Finalização do texto, com o encerramento do que foi dito	Retomada do ponto de vista para fechar o texto de modo mais persuasivo

Exemplo:

Redução Da Maioridade Penal, Grande Falácia

O advogado criminalista Dalio Zippin Filho explica por que é contrário à mudança na maioridade penal.

Diuturnamente o Brasil é abalado com a notícia de que um crime bárbaro foi praticado por um adolescente, penalmente irresponsável nos termos do que dispõe os artigos 27 do CP, 104 do ECA e 228 da CF. A sociedade clama por maior segurança. Pede pela redução da maioridade penal, mas logo descobrirá que a criminalidade continuará a existir, e haverá mais discussão, para reduzir para 14 ou 12 anos. Analisando a legislação de 57 países, constatou-se que apenas 17% adotam idade menor de 18 anos como definição legal de adulto.

Se aceitarmos punir os adolescentes da mesma forma como fazemos com os adultos, estamos admitindo que eles devem pagar pela ineficácia do Estado, que não cumpriu a lei e não lhes deu a proteção constitucional que é seu direito. A prisão é hipócrita, afirmando que retira o indivíduo infrator da sociedade com a intenção de ressocializá-lo, segregando-o, para depois reintegrá-lo. Com a redução da menoridade penal, o nosso sistema penitenciário entrará em colapso.

Cerca de 85% dos menores em conflito com a lei praticam delitos contra o patrimônio ou por atuarem no tráfico de drogas, e somente 15% estão internados por atentarem contra a vida. Afirmar que os adolescentes não são punidos ou responsabilizados é permitir que a mentira, tantas vezes dita, transforme-se em verdade, pois não é o ECA que provoca a impunidade, mas a falta de ação do Estado. Ao contrário do que muitos pensam, hoje em dia os adolescentes infratores são punidos com muito mais rigor do que os adultos.

Apresentar propostas legislativas visando à redução da menoridade penal com a modificação do disposto no artigo 228 da Constituição Federal constitui uma grande falácia, pois o artigo 60, § 4º, inciso IV de nossa Carta Magna não admite que sejam objeto de deliberação de emenda à Constituição os direitos e garantias individuais, pois se trata de cláusula pétrea.

A prevenção à criminalidade está diretamente associada à existência de políticas sociais básicas e não à repressão, pois não é a severidade da pena que previne a criminalidade, mas sim a certeza de sua aplicação e sua capacidade de inclusão social.

Dalio Zippin Filho é advogado criminalista. 10/06/2013

Texto publicado na edição impressa de 10 de junho de 2013

Exposição

Aqueles textos que nos levam a uma explicação sobre determinado assunto, informa e esclarece sem a emissão de qualquer opinião a respeito, é um texto expositivo.

Regras gramaticais para este tipo textual (Exposição):

Neste tipo de texto são apresentadas informações sobre assuntos e fatos específicos; expõe ideias; explica; avalia; reflete. Tudo isso sem que haja interferência do autor, sem que haja sua opinião a respeito. Faz uso de linguagem clara, objetiva e imparcial. A maioria dos verbos está no presente do indicativo.

Exemplos: Notícias Jornalísticas

Injunção

Os textos injuntivos estão presentes em nossa vida nas mais variadas situações, como por exemplo quando adquirimos um aparelho eletrônico e temos que verificar manual de instruções para o funcionamento, ou quando vamos fazer um bolo utilizando uma receita, ou ainda quando lemos a bula de um remédio ou a receita médica que nos foi prescrita. Os textos injuntivos são aqueles textos que nos orientam, nos ditam normas, nos instruem.

Regras Gramaticais Para Este Tipo De Texto (Injunção):

Como são textos que expressão ordem, normas, instruções tem como característica principal a utilização de verbos no imperativo. Pode ser classificado de duas formas:

-**Instrucional:** O texto apresenta apenas um conselho, uma indicação e não uma ordem.

-**Prescrição:** O texto apresenta uma ordem, a orientação dada no texto é uma imposição.

Como organizar sequências didáticas

Um dos grandes desafios dos professores é como fazer um planejamento capaz de levar a turma a um ano de muita aprendizagem. No livro *Ler e Escrever na Escola, o Real, o Possível e o Necessário* (128 págs., Ed. Penso, tel. 0800-703-3444, 46 reais), Delia Lerner diz que "o tempo é um fator de peso na instituição escolar: sempre é escasso em relação à quantidade de conteúdos fixados no programa, nunca é suficiente para comunicar às crianças tudo o que desejariam ensinar-lhes em cada ano escolar". E a constatação não poderia ser mais realista.

Escolher quais conteúdos abordar e de que maneira são questões fundamentais para o sucesso do trabalho que será realizado ao longo do ano. A tarefa é complexa, mas há algumas orientações essenciais que ajudam nesse processo. "Um bom planejamento é aquele que dialoga com o projeto político-pedagógico (PPP) da escola e está atrelado a uma proposta curricular em que há desafios, de forma que exista uma progressão dos alunos de um estado de menor para um de maior conhecimento", orienta Beatriz Gouveia, coordenadora de projetos do Instituto Avisa Lá. "Tendo claras as diretrizes anuais, o docente pode desdobrá-las em propostas trimestrais (ou bimestrais) e semanais, organizadas para dar conta do que foi previsto", complementa Ana Lúcia Guedes Pinto, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Faz-se necessário criar situações didáticas variadas, em que seja possível retomar os conteúdos abordados em diversas oportunidades. Isso pressupõe um planejamento que contenha diferentes modalidades organizativas: projetos didáticos, atividades permanentes e sequências didáticas.

Confira, a seguir, as respostas a dez perguntas imprescindíveis para planejar e implementar boas sequências didáticas.

Como definir o tema da sequência didática?

As sequências sempre são parte de um planejamento didático maior, em que você coloca o que espera dos estudantes ao longo do ano. A escolha dos temas de cada proposta não pode ser aleatória. Se, por exemplo, seu objetivo for desenvolver bons leitores, precisa pensar qual desafio em relação à leitura quer apresentar à classe. Com base nele, procure os melhores gêneros textuais para trabalhar. "É preciso organizar as ações de modo que exista uma continuidade de desafios e uma diversidade de atividades", explica Beatriz. Converse com o coordenador pedagógico e com os outros docentes, apresente suas ideias e ouça o que têm a dizer. Essa troca ajudará a preparar um planejamento eficiente.

O que levar em conta na sondagem inicial?

A sondagem é fundamental a todo o trabalho por ser o momento em que são levantados os conhecimentos da turma. Muitas vezes, os professores acham que perguntar "o que vocês sabem sobre..." é suficiente para ter respostas, mas não é bem assim. Essa etapa inicial já configura uma situação de aprendizagem e precisa ser bem planejada. Em vez da simples pergunta, o melhor é colocar o aluno em contato com a prática. No caso de uma sequência sobre dinossauros, por exemplo, distribua livros, revistas e imagens sobre o tema aos alunos, proponha uma atividade e passe pelos grupos para observar como se saem. Não se preocupe se precisar de mais de uma aula para realizar a primeira sondagem.

Como estabelecer conteúdos e objetivos?

Conteúdo é o que você vai ensinar e objetivo o que espera que as crianças aprendam. Se, por exemplo, sua proposta for trabalhar com a leitura de contos de aventura, precisa parar e pensar o que especificamente quer que a turma saiba após terminar a sequência. "Pode ser comportamento leitor do gênero, característica da linguagem", exemplifica Beatriz. De nada adianta definir um conteúdo e enxertar uma série de objetivos desconexos ou criar uma sequência com muitos conteúdos. Como escreve Myriam Nemirovsky no livro *O Ensino da Linguagem Escrita* (159 págs., Ed. Artmed, 0800-703-3444, edição esgotada), "abrir uma ampla escala de conteúdos e crer que cada um deles gera

aprendizagem significa partir da suposição de que é possível conseguir aprendizagem realizando atividades breves e esporádicas. Porém, isso está longe de ser assim".

De que modo atrelar atividades e objetivos?

Definido o que você vai ensinar e o que quer que a turma aprenda, é hora de pensar nas estratégias que vai usar para chegar aos resultados. Vale detalhar esse "como fazer" nas atividades da sequência, que nada mais são que orientações didáticas. O melhor, nesse momento, é analisar cada um dos conteúdos que se propôs a trabalhar, relembrar seus objetivos e ir desdobrando-os em ações concretas. "Para que a classe conheça as características de determinado gênero, por exemplo, posso pensar em itens como: leituras temáticas, análises de textos de referência, análise de alguns trechos específicos e verificação do que ficou claro para a turma", sugere Beatriz. Cada atividade tem de ser planejada com intencionalidade, tendo os objetivos e conteúdos muito claros e sabendo exatamente aonde quer chegar.

Que critérios usar para encadear as etapas?

Quando você pensa nas ações de uma sequência didática, já tem na cabeça uma primeira ideia de ordem lógica para colocá-las. Para que essa organização dê resultado, lembre-se de pensar em quais conhecimentos a classe precisa para passar de uma atividade para a seguinte (considerando sempre que os alunos têm necessidades de aprendizagem diversas). Como escreve Myriam, "a sequência didática será constituída por um amplo conjunto de situações com continuidade e relações recíprocas". Quanto mais você sabe sobre a prática, as condições didáticas necessárias à aprendizagem e como se ensina cada conteúdo, mais fácil é para fazer esse planejamento. Se ainda não tiver muita experiência, não se preocupe. Pode fazer uma primeira proposta e ir vendo quais ações têm de ser antecipadas ou postergadas.

Como estimar o tempo que dura a sequência?

A resposta a essa pergunta não está relacionada à quantidade de tarefas que você vai propor, mas à complexidade dos conteúdos e objetivos que tem em mente. Para saber a duração de uma sequência, leve em conta o que determinou que os alunos aprendam e quanto isso vai demorar. Cada ação pode exigir mais ou menos tempo de sala de aula. "Repertoriar uma criança em um gênero, por exemplo, demanda mais horas do que uma sequência de fluência leitora", diz Beatriz. É importante, também, pensar em como essa sequência se encaixa na grade horária da escola e como se relaciona com as demais ações que estão sendo realizadas com as crianças. Se, por exemplo, você tem duas aulas por semana, as propostas vão demorar mais do que se tivesse três. "Organize o tempo de modo que seja factível realizar todas as atividades previstas", orienta Ana Lúcia.

Qual a melhor forma de organizar a turma?

"No curso de cada sequência se incluem atividades coletivas, grupais e individuais", escreve Delia. Cada uma funciona melhor para uma intenção específica. "Você propõe uma atividade no coletivo quando quer estabelecer modelos de comportamentos e procedimentos", explica Beatriz. Ao participar de um grupo e trocar com os colegas, a criança tem aprendizados que são úteis quando ela for trabalhar sozinha. Já uma atividade em dupla é interessante quando quiser que o aluno tenha uma interação mais focada, apresentando suas hipóteses e confrontando-as com o outro. As propostas individuais, por sua vez, permitem à criança pôr em xeque os conhecimentos que construiu. Essas organizações são critérios didáticos que precisam ser pensados com base nos objetivos da cada etapa e nas características da classe.

Como flexibilizar as atividades?

É bem provável que você tenha, na turma, crianças com necessidades educacionais especiais (NEE). E elas não podem ficar de fora do planejamento. Procure antecipar quais ajustes podem ser necessários para que elas participem das propostas. As adaptações não devem ser vistas como um plano paralelo, em que o aluno é segregado ou excluído. A lógica tem que ser o contrário: diferenciar os meios para igualar os direitos, principalmente o direito à participação e ao convívio. O ideal é que a escola conte com um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que ajude você nessa tarefa, orientando-o sobre como atuar em classe e complementando a prática na sala de recursos. A inclusão não é obrigação apenas dos professores, mas de toda a escola.

Como avaliar o que a turma aprendeu?

A avaliação pode ser feita de diferentes formas. A pergunta principal que você tem de responder, ao final de uma sequência, é se os alunos avançaram de um estado de menor para um de maior conhecimento sobre o que foi ensinado. Para isso, vale registrar os progressos de cada estudante, observando como ele se sai nas atividades, desde a sondagem inicial - que já é uma situação de aprendizagem - até a etapa final. Ao analisar esses registros, fica fácil entender quais foram os avanços dos alunos. Aliado a isso, pense em atividades avaliativas propriamente ditas, como provas e trabalhos. Essas propostas precisam estar diretamente ligadas ao que você ensinou na sala de aula. Retome os objetivos propostos e prepare uma consigna na qual fiquem claros os saberes que estão sendo pedidos aos estudantes.

Prezado cliente,

É com imensa satisfação que expressamos nossa profunda gratidão pela sua escolha em adquirir suas apostilas de estudos conosco. A preferência pelo nosso serviço é motivo de grande alegria e reforça nosso compromisso em fornecer materiais de alta qualidade para contribuir efetivamente em seu caminho educacional.

Aqui na nossa loja, dedicamo-nos diariamente para oferecer produtos que atendam não apenas às suas necessidades de aprendizado, mas que também superem suas expectativas. Cada compra realizada é um voto de confiança em nossa equipe, e estamos comprometidos em corresponder a essa confiança através de excelência em produtos e atendimento.

Saiba que sua decisão de confiar em nós para sua jornada de estudos é valorizada e respeitada. Estamos sempre empenhados em aprimorar nossos serviços para garantir que sua experiência seja positiva e produtiva. Se houver algo específico que possamos fazer para melhor atendê-lo, por favor, não hesite em nos informar.

Agradecemos por fazer parte da nossa comunidade de clientes e por escolher a qualidade e confiabilidade das nossas apostilas. Estamos ansiosos para continuar a servi-lo com dedicação e comprometimento.

Atenciosamente, Domina Concursos.



contato@dominaconcursos.com.br



[WhatsApp \(48\) 9.9695-9070](https://wa.me/5548996959070)

“



Rua Aracatuba, nº 45,
Centro, Criciuma/SC - CEP
88810-230

99



DominaConcursos

EDIÇÃO 2024